

Mafalda Nascimento



**Crianças e Jovens em Risco: dinâmicas e desafios da
prevenção em contexto escolar**

IPV - ESEV | 2015

Instituto Politécnico de Viseu
Escola Superior de Educação de Viseu

maio de 2015

Mafalda Sofia Caria do Nascimento

**Crianças e Jovens em Risco: dinâmicas e desafios da
prevenção em contexto escolar**

Mafalda Sofia Caria do Nascimento

**Crianças e Jovens em Risco: dinâmicas e desafios da
prevenção em contexto escolar**

Projeto Final de Mestrado

Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob orientação de
Professora Doutora Esperança de Rosário Jales Ribeiro





DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Mafalda Sofia Caria do Nascimento n.º 3710 do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco declara sob compromisso de honra, que o trabalho de projeto é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 13 de maio de 2015

A aluna,

Mafalda Sofia Caria do Nascimento

Em memória:

Do meu avô, que faleceu durante este meu percurso e que era para mim uma pessoa muito especial. A sua inteligência, sinceridade, honestidade, força e determinação aliadas ao seu sorriso e à sua boa disposição são exemplos a seguir e que serão sempre preciosos em todos os campos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto foi para mim o culminar de mais uma etapa, marcada pela procura constante da construção e ampliação da minha formação pessoal e profissional. Como em qualquer percurso, este só foi possível graças ao apoio e ajuda de várias pessoas às quais não posso deixar de agradecer o seu contributo.

Em primeiro lugar, o meu agradecimento vai para a Professora Doutora Esperança Ribeiro, a quem reconheço um profundo conhecimento e capacidade científica. Agradeço-lhe assim o apoio, orientação e encorajamento neste Projeto de Mestrado.

Quero agradecer também à Professora Doutora Susana Fonseca pelos seus prestimosos conhecimentos no domínio de análise de conteúdo através da utilização do programa QSR Nvivo 10.

Agradeço igualmente, a todos os que participaram neste estudo (professores, técnicos e assistentes operacionais) pela disponibilidade e interesse demonstrado desde a primeira hora em colaborar na aplicação de entrevistas utilizadas na parte prática do projeto.

Agradeço ainda às minhas colegas de Mestrado Ana Isabel Lopes e Elisabete Coelho pelo apoio incondicional, pela partilha de experiências, pela enorme amizade e pelo privilégio de fazer parte do mesmo grupo de trabalhos realizados durante a fase curricular.

Não me posso esquecer de agradecer aos meus irmãos, que são também os meus melhores amigos, obrigada, pela paciência, encorajamento e apoio prestado.

Por fim, mas não em último lugar, aos meus pais que me ensinaram a definir e a lutar pelos meus objetivos, confiando indubitavelmente nas minhas capacidades e por terem feito de mim quem sou, uma pessoa resiliente, persistente e com uma enorme vontade de vencer este e outros desafios que irão surgir no futuro.

LISTA DE ABREVIATURAS

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

RESUMO

A complexidade das dinâmicas e desafios associados às situações de risco e perigo de crianças/jovens requer um processo de avaliação cuidadoso e rigoroso.

A escola e todos os profissionais que lá trabalham, tem um papel extremamente importante na sinalização, diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento destas situações no sentido de procurar soluções devido aos direitos que lhes assistem em proporcionar aos alunos um desenvolvimento integral a todos os níveis.

O presente trabalho surge em virtude de se tentar perceber quais as dinâmicas e desafios da escola perante menores em risco, de forma, a que os dados contribuam para a organização de um questionário de caracterização das problemáticas e identificação de estratégias preventivas.

Foram aplicadas entrevistas numa amostra de profissionais do meio escolar e a respetiva análise de conteúdo.

Os resultados evidenciam uma vasta panóplia de casos que nem sempre são fáceis de detetar advindo muitas vezes de famílias multidesafiadas. Verificou-se que a escola tem ainda um caminho a percorrer na área da prevenção. Apartir da análise dos resultados foi possível propor um protótipo de inquérito a utilizar no futuro.

Ignorar as problemáticas de risco com jovens nunca pode ser a solução, fazê-lo é comprometer-se a vida do menor, assim como o seu futuro perdendo-se a oportunidade de ajudar uma família em crise. A escola tem o dever de prevenir e intervir, implementando estratégias ajustadas a cada caso para evitar situações mais graves. No entanto, esta não é uma tarefa fácil, uma vez que tanto as verbas como os recursos humanos especializados são insuficientes.

Palavras-chave: Crianças/Jovens em risco, fatores de risco/proteção, escola, prevenção.

ABSTRACT

The complexity of the dynamics and challenges associated with risk situations and danger of children / young people requires a process of careful and rigorous evaluation.

The school and all the professionals who work there, have an extremely important role in signalling, diagnosis, monitoring and routing of these situations in seeking solutions because of the rights they have to provide students with a comprehensive development at all levels.

This work arises by virtue of trying to understand the dynamics and challenges of school before children at risk, in order, to which they contribute to the organization of a questionnaire to characterize the problems and identifying preventive strategies.

Interviews were applied in a sample of professional school and the respective content analysis.

The results show a wide range of cases that are not always easy to detect arising multi-challenged families. It was found that the school still has a way to go in the area of prevention. Starting from the analysis of the results was possible to propose a prototype survey to use in the future.

Ignore the risk of problems with young people can never be the solution, doing so is to commit to lower life as well as your future losing the opportunity to help a family in crisis. The school has a duty to prevent and intervene by implementing strategies adjusted in each case to prevent more situations that are serious. However, this is not an easy task, since both the funds and the specialized human resources are insufficient.

Keywords: Children / Youth at risk, risk / protection factors, school prevention.

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1. Maus-tratos, Perigo e situações de Risco: um olhar a partir da escola	3
1.1. Tipos de maus-tratos, sinais e sintomas associados	5
1.2. Relevância dos fatores de risco e proteção	12
1.3. Da suspeita ou deteção à dinâmica da sinalização, avaliação e diagnóstico de situações de risco e maus-tratos	16
1.4. Condições facilitadoras e inibidoras do papel dos profissionais	19
1.5. A relação entre a escola e as famílias detentoras de problemáticas	22
2. Estratégias de prevenção em situações de Risco/Perigo	28
2.1. A escola na perspetiva dos mecanismos de prevenção em situações de Risco/Perigo	29
2.2. O papel da CPCJ	33
2.3. Articulação entre a CPCJ e a escola	34
CAPÍTULO II – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO	36
1. Questões de investigação	36
2. Metodologia de investigação	38
2.1. Participantes	39
2.2. Instrumentos	40
2.3. Procedimento	40
2.4. Processo de análise dos dados	41
3. Resultados	42
3.1. Apresentação dos resultados	42
3.1.1. Situações de risco ou perigo	43
3.1.2. Causas e fatores associados ao perigo	48
3.1.3. Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	51
3.1.4. Dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos	53
3.2. Discussão dos resultados	57
3.3. Protótipo de inquérito: organização de um instrumento de recolha de dados sobre a problemática do risco em contexto escolar	59
CONCLUSÃO	60
Bibliografia	63

Anexos	69
Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada	70
Anexo B – Inquérito por entrevista	72
Anexo C – Dados registados do programa QRS Nvivo 10 relativos às entrevistas efetuadas.....	74

INDICE DE TABELAS:

Tabela 1A – Categoria inerente aos aspectos próprios/caracterização profissional	39
Tabela 2 – Dimensões e respetivas categorias resultantes da análise de conteúdo....	42
Tabela 3A – Categoria inerente às situações de risco ou perigo	43
Tabela 3B – Categoria inerente às situações de risco ou perigo	45
Tabela 3C – Categoria inerente às situações de risco ou perigo	46
Tabela 3D – Categoria inerente às situações de risco ou perigo	46
Tabela 3E – Categoria inerente às situações de risco ou perigo	46
Tabela 4A – Categoria inerente a causa e fatores associados ao perigo	48
Tabela 4B – Categoria inerente a causa e fatores associados ao perigo	49
Tabela 5A – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	51
Tabela 5B – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	52
Tabela 5C – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	52
Tabela 5D – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	53
Tabela 6A – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	54
Tabela 6B – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	54
Tabela 6C – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	54
Tabela 6D – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	55
Tabela 6E – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	55
Tabela 6F – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	56
Tabela 6G – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos.....	56

INDICE DE FIGURAS:

Figura 1 - Subcategorias inerentes às situações de risco ou perigo	45
Figura 2 - Subcategorias inerentes aos sinais e características apresentadas	47
Figura 3 - Subcategorias inerentes aos sinais e características apresentadas	48
Figura 4 - Subcategorias inerentes às causas.....	49
Figura 5 - Subcategorias inerentes às causas.....	50
Figura 6 - Subcategorias inerentes às causas.....	51

INTRODUÇÃO

O projeto de investigação foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu, do Instituto Politécnico de Viseu.

O estudo surgiu na perspetiva de tentar perceber quais as dinâmicas e desafios que a escola adota face a situações de risco ou de perigo dos seus educandos.

A maioria dos fatores associados a esta problemática encontram-se também associados, de forma negativa, à promoção do bem-estar dos menores. Urge uma atitude de promoção da prevenção e proteção por parte das entidades competentes como é o caso da Escola e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Para tal, é necessário considerar as características específicas das vítimas e dos agressores, assim como uma organização cuidada e estratégica por parte das entidades interventivas.

No entanto a escassez de informação e a diminuta preparação técnica dos profissionais de ação do contexto escolar assim como a falta de articulação entre estes são fragilidades que se fazem sentir. Tal desiderato torna necessário a criação de equipas multidisciplinares dotadas de técnicos especializados e o desenvolvimento de parcerias com entidades locais no sentido de facilitar a identificação dos fatores de risco, de proteção e os agravamentos de momentos de crises de vida, de forma a potenciar a flexibilidade dos diferentes níveis de proteção e definir programas coletivos de prevenção e intervenção.

O presente projeto de investigação tem dois grandes objetivos principais: desenvolver um estudo exploratório que visa, a partir do recurso à entrevista, analisar as dinâmicas e desafios colocados à escola e apresentar um protótipo de inquérito por questionário com base nos dados obtidos na investigação exploratória que permita um acesso mais imediato à caracterização e proposta de estratégias previstas.

O primeiro tem como objetivos específicos: identificar as situações de perigo mais frequentes no âmbito da caracterização; analisar possíveis causas e avaliar estratégias, respostas e medidas utilizadas no contexto escolar. O segundo engloba como objetivos específicos: identificar a estrutura do questionário a partir da análise categorial do estudo exploratório e conceber um protótipo de questionário susceptível a ser usado em contexto escolar.

Este projeto está organizado em dois capítulos, estruturados por pontos e subpontos. Tem um carácter exploratório e pretende abrir um espaço à reflexão e

conhecimento sobre o trabalho desenvolvido nas escolas, no que diz respeito às crianças/jovens e a prevenção das situações de risco e de perigo.

No primeiro capítulo é feita uma revisão bibliográfica em diferentes áreas de conhecimento no sentido de chegar aos objetivos e em consonância com a questão em estudo. No primeiro ponto deste capítulo é feita uma abordagem aos maus-tratos, perigo e situações de risco vista na perspectiva da escola, já no segundo ponto é feita abordagem das estratégias de prevenção em situações de risco/perigo.

O segundo capítulo inicia com a referência à questão de investigação e aos objetivos gerais e específicos definidos para o projeto. No segundo ponto, deste mesmo capítulo, fizemos a apresentação da metodologia adotada para a recolha e análise dos dados obtidos, a caracterização dos participantes, assim como os instrumentos utilizados e os procedimentos realizados.

No terceiro ponto é feita apresentação dos resultados e a respetiva discussão dos mesmos.

Por fim foram apresentadas as conclusões, as suas limitações e sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. MAUS-TRATOS, PERIGO E SITUAÇÕES DE RISCO: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA

O conceito de maus-tratos é um conceito complexo e multifacetado que se estende de forma dramática ou insidiosa. Começou por ser definido como agressão ou dano físico não acidental infligido a crianças/jovens, pelos seus cuidadores.

Vaz (2013) refere que, usando a definição de violência apresentada na Recomendação n.º R (85) 4, do Conselho da Europa, que a denomina como “qualquer ato ou omissão que ponha em perigo a vida, a integridade corporal ou psíquica ou a liberdade de uma pessoa ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade”, pode então deduzir-se que, os maus-tratos em crianças e jovens estão relacionados diretamente com qualquer ação ou omissão intencional cometida pelos pais, cuidadores ou outra pessoa, que ameace a segurança, a dignidade ou afete o desenvolvimento biopsicossocial e afetivo do menor.

As situações de maus-tratos levam a que as crianças e jovens possam ser consideradas de risco ou perigo (Batista, 2011).

Joffe (2003, cit. por Figueiras, 2013) destaca como definição de risco como sendo um perigo futuro, que na sociedade contemporânea é, normalmente, associado a aspetos negativos da mesma.

No contexto deste projeto, o aprofundamento do conceito de risco, refere-se sempre à falta de um contexto favorável para o desenvolvimento integral do menor.

Figueiras (2013) salienta que a história das crianças em risco é uma história em expansão, que produz novos riscos, novas medidas e promove o surgimento de novas instituições como resposta. O autor defende que o desenvolvimento do conceito dos menores em risco, nos últimos anos se deve a três fatores: as famílias, as próprias crianças/jovens e os genótipos. Assim, em primeiro lugar surgem as famílias, visto que as alterações ao teor da família tradicional levaram à instabilidade dos pais e ao declínio da qualidade conjugal, querendo isto dizer que famílias de risco têm maior predisposição para desenvolver crianças/jovens de risco. Em segundo aparece a criança/jovem que devido aos próprios comportamentos, muitas vezes representa riscos e por fim os fatores genótipos que estão relacionados com a hereditariedade inevitável nos menores.

O conceito de risco difere do conceito de perigo, e se o primeiro tem de ser controlado, o segundo tem de ser abolido (Cordeiro, 2012). Este autor realça que os riscos representam a probabilidade de um comportamento poder ter uma consequência indesejável defendendo que cabe aos adultos mostrar ao menor o limite antes que o perigo ocorra. Estes devem ainda prever as possibilidades de desenlace negativo, reduzindo as hipóteses de perigo.

Segundo a Lei portuguesa (art.º 3, n.º 2 da Lei 147/99, de 1 de setembro), o menor encontra-se em perigo quando: está abandonado, ou vive entregue a si próprio; sofre maus-tratos físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais; não conhece os cuidados ou o afeto adequado à sua idade e situação pessoal; é obrigado a atividades ou trabalhos excessivos, ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal, ou prejudiciais à sua formação ou personalidade; está sujeito a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional; assume comportamentos, ou se integra a consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação e educação, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover a situação.

A comunidade em geral tem o dever de não desconsiderar este tipo de problemáticas, uma vez que um caso de maus-tratos compromete a vida e o futuro de uma criança/jovem e tem repercussões graves na sua vida adulta podendo levar a comportamentos desajustados e repetíveis.

A escola é uma das entidades com lugar de destaque na proteção, prevenção e intervenção em situações de risco e de perigo, uma vez que é o local onde o menor passa grande parte do seu tempo, e assim sendo, as situações que surgem são de imediato transportadas para a escola.

Neste contexto, é interessante verificar que é a escola que mais situações de risco sinaliza junto das CPCJ (com 9815 sinalizações que perfaz 25,9%) o que se comprova no relatório anual de avaliação de atividade das CPCJ (2014), que aponta os Estabelecimentos de Ensino, seguido das autoridades policiais (com 8722 sinalizações; 23%) como a entidade com maior número de comunicações de situações de perigo às comissões. No relatório anual de 2014, a CPCJ aparece em quinto lugar com a sinalização de 2545 casos (6,7%), depois das sinalizações feitas por pais/mães/pai com 3068 (8,1%) e muito próximo das sinalizações anónimas/sem informação (2608; 6,8%).

Da leitura do gráfico apresentado no mesmo relatório, as situações de perigo mais comunicadas às CPCJ, incidem maioritariamente nas cinco problemáticas a

seguir referidas, a saber: negligência com 25,3% (18910); exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança com 24,5% (18273); situações de perigo em que estejam em causa o direito à educação com 16,3% (12152); comportamentos assumidos pelo menor que afetem o seu bem-estar com 11,1% (8265) e os maus-tratos físicos com 5,7% (4237).

1.1. Tipos de maus-tratos, sinais e sintomas associados

A escola é uma comunidade educativa, que pelas suas características pode ter um papel fundamental na identificação de casos de maus-tratos, através da análise de sinais nas crianças/jovens. Esta deve estar atenta às condições familiares, perceber mudanças súbitas de comportamento e reações dos seus alunos uma vez que podem ser indicadores de que algo está mal. Contudo, esta tarefa colocada à escola não é de todo uma tarefa fácil, uma vez que implica uma grande diversidade de problemáticas, onde cada sujeito é diferente do outro.

De acordo com Deslandes (2007, cit. por Rodrigues, 2013), os maus-tratos contra crianças são atos ou omissões que provocam danos, lesões ou transtornos ao desenvolvimento, pressupondo uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança.

Canha (2003) considera os maus-tratos como qualquer ato deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições, ou sociedades, que privam a criança dos seus direitos e liberdades ou que interferem com o seu desenvolvimento.

Por sua vez, Reis (2009), refere que os maus-tratos infantis, são um grave problema de saúde física, bem-estar psicológico e representam uma das condições de desenvolvimento mais adversas que pode ocorrer durante a infância.

Pode assim entender-se o conceito como toda a situação que não respeite todos os direitos da criança/jovem, colocando em perigo a sua integridade física, emocional e social, afetando de forma evidente e decisiva todo o seu processo de desenvolvimento, acarretando consequências negativas no crescimento, saúde, bem-estar, segurança, autonomia e dignidade. São frequentes nestes casos desfechos com sequelas físicas, cognitivas, afetivas, sociais irreversíveis a médio e longo prazo ou mesmo causar a morte do indivíduo.

Farromba (2013) defende que défices nas habilidades sociais levam a dificuldades em desenvolver e manter relações interpessoais satisfatórias, dificuldades

na aceitação social pelos pares e professores e a dificuldades em ter um comportamento prossocial. Estas dificuldades levam a outras mais abrangentes nas áreas de funcionamento educacional, psicossocial e vocacional, podendo estar associadas a abandono escolar, delinquência, psicopatologia na idade adulta, depressão e suicídio.

Reis (2009) enuncia que a disparidade de características como a topografia, a severidade e a estabilidade do comportamento abusivo, por si, dificultam a avaliação e, depois, a própria intervenção nos casos de maus-tratos.

Magalhães (2010) refere que alguma violência contra crianças/jovens é praticada por estranhos, contudo a vasta maioria é perpetrada por pessoas próximas da vítima: progenitores e elementos da família alargada, colegas de escola, professores, e outras pessoas que têm a guarda do menor.

Segundo Maia e Azevedo (2006) as experiências na infância constituem uma predisposição para que a relação estabelecida entre os progenitores e filhos seja baseada na imagem que estes têm de si mesmo como crianças, sofrendo de uma ausência de habilidades aprendidas para cuidar dos seus filhos, utilizando o castigo físico, como expoente da única estratégia aprendida.

A violência exercida sobre os menores pode ocorrer em díspares contextos, quer ao nível familiar, social ou institucional e com diferentes fatores, podendo as crianças/jovens experienciar mais do que uma forma de maus-tratos conjuntamente, ou em momentos distintos da sua vida. Porém, embora sejam conhecidos diferentes tipos de maus-tratos, não existe um consenso em torno de uma única tipologia.

Segundo Reis (2009) os maus-tratos infantis são uma designação sumativa, que abarca um espectro de diferentes tipos de comportamentos abusivos e negligentes, configurados por uma diversidade de situações. Ainda assim, todas elas partilham de algumas características, tais como: *i)* são expressão dos problemas dos adultos, que maltratam e interferem negativamente na vida das crianças/jovens, *ii)* quanto mais grave e duradoira for a situação, mais negativos são os seus efeitos.

São diversos os autores que distinguem os maus-tratos em três categorias: físicos; psicológicos e sexuais.

Magalhães (2004), refere-se a quatro tipos de maus-tratos mais frequentes: a negligência, os maus-tratos físicos, os abusos sexuais e os abusos emocionais.

Por sua vez, em termos mais genéricos e académicos, é usual agruparem-se em duas grandes categorias: abuso e negligência. Reis (2009) segue esta metodologia e estrutura as diferentes manifestações de maus-tratos subdividindo-as

em subcategorias. Assim, o abuso engloba o abuso físico, psicológico e sexual, já a negligência contempla a negligência física e psicológica.

Canha (2003) diz que os maus-tratos físicos são o uso intencional e não acidental da força por parte da entidade parental, ou de qualquer outro prestador de cuidados que interaja com a criança a seu cargo, com o objetivo de a magoar, ferir ou destruir. Na perspectiva de Soriano (2006) estes constituem uma ação não acidental perpetuada pelos pais/cuidadores que provoca, ou pode provocar, dano físico ou doença na criança. São exemplos deste tipo de maus-tratos o uso do castigo físico como método de castigo habitual e agressão física devido à falta de controlo ou a reações de ira dos pais cuidadores. Estas práticas disciplinares/educativas registadas assentam profundamente em fatores socioculturais.

Os maus-tratos físicos são os mais diagnosticados nos cuidados de saúde e são responsáveis por índices elevados de mobilidade, incapacidade permanente e mortalidade. São por norma acontecimentos repetitivos e a sua severidade tem tendência a aumentar a cada vez.

Galhardo (1994), considera que em termos médicos os maus-tratos físicos podem ser caracterizados por: equimoses, feridas, queimaduras, alopecia, fracturas (das extremidades, raquídeas, dos ossos do nariz, cranianas e costelas), lesões oculares e lesões viscerais. Figuram muitas vezes sinais como: lesões com diversos tipos de evolução, em locais pouco comuns, com distintas localizações, delineando marcas de objetos; queimaduras; fraturas; afogamento; mordeduras; alopecia traumática; sufocação e intoxicação.

Pode suspeitar-se de indício de maus-tratos aquando da ocorrência de situações, tais como: a mudança ou recusa das explicações dadas sobre o que efetivamente aconteceu com a criança/jovem; a inadequação do intervalo de tempo entre a ocorrência e a procura de cuidados médicos ou a presença de um historial de lesões repetidas.

É também uma das formas de maus-tratos físicos a Síndrome de Munchhausen por procuração, esta baseia-se no facto dos pais obrigarem a criança a realizar exames médicos e a internamentos sucessivos, devido a sintomas inventados ou realizados por eles (Martins, 2002). De acordo com Hockenberry e Wilson (2011) é uma forma rara, mas grave de maus-tratos infantis, no qual cuidadores deliberadamente exageram, inventam histórias e sintomas ou induzem sintomas. Na maioria das vezes, o perpetrador é a mãe biológica que faz com que o menor passe por uma série de exames médicos e procedimentos dolorosos e desnecessários com

base no historial dos sintomas fornecidos pelo cuidador. Este tipo de maus-tratos comportam então a atribuição à criança por parte de um elemento da família, que geralmente apresenta um discurso credível e ao qual pode estar associado uma patologia do foro psiquiátrico, sinais e variados sintomas que podem levar à hospitalização do menor e a investigações exaustivas, por vezes invasivas das quais não se obtém diagnósticos claros, continuando os sintomas a aparecer. Estes desaparecem quando o menor deixa de estar em contacto com o causador.

Os maus-tratos psicológicos são defendidos por Calheiros e Monteiro (2000), como atos conscientes que não favorecem as necessidades de desenvolvimento emocional, social e intelectual da criança, incluindo interações verbais desadequadas ou mesmo agressivas, atos de abandono declarado e uma socialização inadequada. Advêm da incapacidade em proporcionar à criança/jovem um ambiente onde vigore a tranquilidade e o bem-estar emocional e afetivo. Estão também contidas neste tipo de maus-tratos situações de ausência de afeto, recriminações e humilhações verbais frequentes, culpabilização, indiferença, abandono temporário, rejeição e situações de grande violência e conflito familiar que originem um ambiente de medo e/ou terror.

Segundo Reis (2009), existe uma situação de risco sempre que uma criança experimenta um sofrimento mental desproporcionado em relação às suas capacidades de o suportar. São difíceis de detetar por não ostentarem marcas físicas, contudo as marcas mesmo que escondidas podem ser profundas e avassaladoras. Magalhães (2004) concorda com o referido anteriormente, dizendo que o diagnóstico de este tipo de abuso não é de fácil identificação, pois os sinais e sintomas que surgem podem aparecer também noutros tipos de maus-tratos. Sinais como: deficiências não orgânicas de crescimento, com baixa estatura; infeções, asma, doenças cutâneas, alergias e automutilação. Já os sintomas dependem do grupo etário e podem ser funcionais (anorexia, bulimia, perturbações do sono; enurese, encompresse, gaguez, tonturas, dores de cabeça, dores musculares e abdominais sem causa orgânica aparente), podem ser perturbações cognitivas (atraso no desenvolvimento da linguagem, baixa autoestima e sentimentos de inferioridade, perdas de memória relacionadas com o abuso, dificuldades de aprendizagem ou deturpações de concentração, atenção e memória), perturbações afetivas (choro incontrolado, sentimentos de culpa e de vergonha, medos, timidez, maturidade inadequada para a idade), perturbações do comportamento (desleixo pessoal com a higiene e com o aspeto, apatia, falta de curiosidade, défice de capacidade de brincar e de explorar, excessiva ansiedade, dificuldades de relacionamento com os outros, isolamento, falta

de confiança nos adultos, comportamentos bizarros, problemas escolares ou comportamentos desviantes) e por último alterações do foro psiquiátrico (agitação/hiperatividade, ansiedade, depressão, mudanças súbitas de humor e de comportamento, comportamentos obsessivo-compulsivos ou automutilações ou suicídio, neuroses graves, alterações da personalidade e psicoses, regressões no comportamento, falta de integração entre o pensamento e a linguagem).

No que respeita ao abuso sexual, Soriano (2006), alude ser a utilização que um adulto faz de um menor de 18 anos para satisfazer os seus desejos sexuais, aproveitando-se de uma situação de poder ou autoridade sobre ela. Incluem-se também neste grupo os abusadores crianças menores de 18 anos que abusam de crianças mais novas.

Santos (2009) diz que é uma atividade criminosa que constitui uma agressão ao bem estar do menor por meio de atos de cariz sexual efetuados por um adulto contra uma criança e tipificados como crime. Este tipo de abuso pode ocorrer no seio familiar ou fora dele, e pode ainda ser um caso isolado ou repetido dependendo da sua frequência.

Ramos (2009) acrescenta que o abuso sexual pode revestir-se de várias formas, tais como, quando a criança/jovem é usada para gratificação sexual de um adulto, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física, como também a prática de atos libidinosos com crianças ou na presença das mesmas, despontando o interesse precoce no menor pelo assunto.

Mesmo que não apresentem lesões físicas nos órgãos genitais, as crianças/jovens podem estar a sofrer episódios de abusos sexuais. Podem incluir a participação da criança/jovem em atividade de exibicionismo, fotografia ou filmes pornográficos, contato com órgãos sexuais, penetração anal ou vaginal ou práticas sexuais aberrantes. Está aqui patente também a situação da prostituição infantil, um problema crescente na sociedade atual ao qual estão implicados variados fatores, tais como: a pobreza extrema; o analfabetismo; a promessa de ganhos fáceis e de uma vida melhor.

Devido ao estado de desenvolvimento em que se encontram, as vítimas não compreendem nem estão preparadas para enfrentar estas práticas, provocando nelas muitas vezes sentimentos de culpa, falta de confiança em si próprio e nos outros, baixa autoestima, problemas com a sua sexualidade ou dificuldades na construção de relações duradouras.

Segundo Magalhães (2004), podem apresentar sinais como: leucorreia vaginal; inflamação dos órgãos genitais; lesões cutâneas; lesões no pênis; lacerações ou fissuras genitais ou anais; rotura do hímen; hemorragia vaginal ou anal; laxidez anormal do esfíncter anal ou do hímen; equimoses e/ou ptéquias na mucosa oral; infeções urinárias repetitivas; doenças sexualmente transmissíveis; presença de sangue ou de esperma no corpo ou na roupa, gravidez. No que diz respeito aos sintomas, estas crianças/jovens podem apresentar dores na região vaginal ou anal e/ou prurido vulvar. As crianças podem apresentar perturbações funcionais (anorexia, bulimia, sono, regulação de esfíncteres; dores abdominais recorrentes e inexplicáveis), obediência exagerada aos adultos, dificuldades de relacionamento com as outras crianças/jovens, condutas sexualizadas (interesse e conhecimentos desadequados sobre questões de sexo, masturbação compulsiva brincadeiras e desenhos sexuais explícitos). Por sua vez, os jovens podem apresentar comportamentos bizarros (dormirem vestidos, urinar a cama, ocultação do corpo de maneira a não se mostrarem atrativos, recusa em tomar banho na escola e/ou de fazer a aula de educação física, recusa de ir para a escola ou de voltar para casa), perturbações do foro sexual (repulsa em relação à sexualidade ou comportamentos autoeróticos externos), comportamentos desviantes (abuso de álcool, drogas delinquência, prostituição) ou ainda depressões, automutilações, fugas ou comportamento suicida.

Inúmeras são as consequências traumáticas deste tipo de abuso originando efeitos psicológicos traduzidos muitas vezes pela vulnerabilidade, isolamento, dependência, submissão, imaturidade e obediência total.

Vaz (2013), aponta que as crianças e jovens abusadas sexualmente podem desenvolver quadros depressivos e quando chegam à fase adulta podem ter relacionamentos complicados, assim como dificuldades em interações íntimas e por vezes seguir ainda o mundo da prostituição.

Por sua vez, a negligência pode espelhar-se numa conduta de sucessivas omissões por parte daquele que tem a responsabilidade de cuidar da criança, falha na satisfação das necessidades básicas como a higiene, alimentação, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio, imprescindíveis no processo normal de desenvolvimento e crescimento da criança/jovem. Para Magalhães (2004) é adotado um comportamento regular de omissão, relativamente aos cuidados com o menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação das suas necessidades em termos de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio. Podem apresentar os sinais físicos (atraso no crescimento, abdómen proeminente,

arrefecimento persistente, mãos e pés avermelhados), carência de higienização, desnutrição ou hábitos alimentares em horários inadequados, vestuário desadequado em relação à época lesões consecutivas de exposições climáticas adversas, vitaminopatias, cárie dentária, unhas quebradiças, hematomas ou lesões por falta de supervisão e atraso no desenvolvimento sexual.

A negligência pode ser classificada de voluntária/ativa sempre que se confirma a intenção de causar dano à criança/jovem ou involuntária/passiva quando resulta da incompetência, da parte do cuidador em lhe assegurar os cuidados necessários e adequados.

Mais especificamente, o abandono físico é conhecido pela ausência dos cuidadores em relação à criança/jovem, deixando-a entregue a si própria, durante curtos períodos de tempo, espaçados ou permanentes. Foi durante muitos séculos, uma prática corrente que com o decorrer dos anos tem diminuído de número, sendo apontadas como principais razões: as melhorias nas condições de vida; o maior apoio prestado às mães e à legalização do aborto. Este tipo de negligência abarca as crianças abandonadas nos hospitais ou noutras instituições e ainda os casos de crianças fechadas em casa, ou deixadas na rua sozinhas, sem providência de alimentação, falta de proteção e vigilância.

Podem apresentar como sintomas: atraso nas aquisições sociais, atrasos na linguagem; perturbações de apetite; perturbações do sono; apatia; depressão; hiperatividade; agressividade; problemas de aprendizagem; absentismo escolar; tendência de chamar atenção dos adultos, dificuldades de relacionamento com outras crianças e descuido por parte dos pais no acompanhamento escolar e nos cuidados de saúde.

O abandono está intimamente ligado a fenómenos de mendicidade e esta por sua vez pode consubstanciar um estado de negligência, uma vez que as crianças/jovens que se encontram muitas vezes a pedir nas ruas por vontade própria, acompanhadas ou induzidas por adultos são vítimas dos mais variados maus-tratos associados como a exposição excessiva ao sol ou intempéries, à desnutrição, falta de higiene e sono, vigilância, entre muitos outros. Muitas são mesmo utilizadas pelos próprios pais/responsáveis ou são vítimas de redes de tráfico infantil.

O abandono vai desde a negligência intrauterina e pré-natal até à negligência emocional física, escolar, mendicidade e abandono.

A negligência intrauterina está ligada ao período pré-natal, com grande ênfase no desenvolvimento fetal. Advém da postura e do estilo de vida adotado pela mãe

durante o período de gravidez, tanto ao nível da sua alimentação como ao nível do consumo de tabaco, álcool e/ou outro tipo de drogas que são determinadoras da saúde do seu filho e cujos indicadores apontam para possíveis panoramas de síndrome de abstinência ou síndrome de alcoolismo fetal. Gallardo (1994) define este tipo de maus-tratos como um conjunto de ações efetuadas pela mulher para magoar intencionalmente o feto com a finalidade de interromper o seu estado de gestação.

Outra situação evidente de maus-tratos é o caso da exploração do trabalho infantil, que se expressa pela tarefa de obrigar as crianças/jovens a realizarem atividades geradoras de lucro que deveriam ser feitas pelos adultos. Estas para além de lhes roubar o direito à infância podem causar episódios prejudiciais à sua saúde, educação e desenvolvimento psíquico, ético e social.

Importa referir que este tipo de maus-tratos prende-se particularmente com direitos humanos, no entanto ainda são muitos os casos existentes, ocorrendo muitas vezes em condições desumanas.

Outro tipo de maus-tratos a menores é a corrupção, surge quando as crianças/jovens são incentivados por adultos a condutas que levam a comportamentos antissociais ou desvios (agressividade, roubo, sexualidade ou tráfico e consumos de álcool ou drogas).

As crianças/jovens em risco, vítimas de maus-tratos e privadas de um meio familiar adequado são muitas vezes institucionalizadas como Medida de Promoção e Proteção, no entanto, também podem ocorrer nestas instituições episódios de maus-tratos, designados por maus-tratos institucionais. Estes casos envolvem negligência provocada em ambiente extra familiar por profissionais ou instituições. São atos inconcebíveis, uma vez que, tanto as instituições como o Estado têm o dever de proteger de forma adequada os menores com vista ao seu desenvolvimento integral.

1.2. Relevância dos fatores de risco e proteção

Maia e Azevedo (2006) referem existir uma multiplicidade de fatores que poderão estar na origem dos maus-tratos aos menores. Estes não atuam de forma isolada, mas interagem entre si sendo por vezes difícil separar causas de consequências.

Os fatores de risco e de proteção podem ser relevantes na intervenção em situações de maus-tratos a menores e é de destacar a sua importância no

desenvolvimento de projetos de prevenção/intervenção em contexto escolar que assentem na valorização destes dois tipos de fatores.

Marques (2013), diz que o risco não se refere só às experiências que ameaçam o desenvolvimento da criança, mas também à ausência de oportunidades para um bom desenvolvimento que se espera que seja normativo.

Segundo Martins (2004), é possível contemplar o risco em duas dimensões: a substantiva e a temporal. A primeira, diz respeito à probabilidade de uma ocorrência prejudicial surgir a qualquer nível, seja individual, social, físico, psicológico ou até em áreas concretas como acidentes, doença mental, risco escolar, entre outros e a segunda diz respeito à possibilidade de uma ocorrência desfavorável futura, primária ou secundária, a um risco que já ocorreu.

Fonseca (2004, cit. por Ramos, 2009), define fator de risco como todo e qualquer evento, situação, condição ou característica da criança/jovem, que aumenta a probabilidade de ocorrência de outro fenómeno.

Por si só, os fatores de risco não provam a existência de maus-tratos, mas apenas indicam a probabilidade do seu aparecimento.

Os fatores de risco podem ter origem na própria criança que sofre, por exemplo de patologia somática precoce, sofrimento neonatal ou prematuridade, ter origem na família quando ocorrem casos de separação parental, doenças crónicas, monoparentalismo, falecimento de um dos cuidadores, fenómenos de alcoolismo ou toxicoddependência e ainda ter origem na sociedade tendo como plano de fundo a miséria socioeconómica (embora possam ocorrer em qualquer que seja o estrato socioeconómico ou cultural) e situação migrante. Assim, existe uma vasta panóplia de fatores de risco (pais muito jovens, mães solteiras, sem apoio ou com atrasos mentais, pais com antecedentes criminais ou com um historial de mudanças frequentes de companheiros, pais vítimas de maus-tratos durante a infância, consumidores de álcool ou drogas, entre outros) que associados a classes sociais económicas baixas e com dificuldades económicas (desemprego, exclusão social e marginalização, ilegitimidade conjugal, entre outras) podem potenciar a ocorrência de maus-tratos e sendo assim devem merecer uma atenção especial por toda a comunidade.

Visto isto, depreende-se que as variáveis não são independentes e são reforçadas frequentemente com reforços cumulativos. Por exemplo, o conceito de risco pode estar intimamente associado ao conceito de vulnerabilidade, ou seja, a identificação de um determinado conjunto de fatores de risco pode levar ao estabelecimento de perfis de risco.

Conforme Anaut (2005) enunciou, a vulnerabilidade é o estado de inferior resiliência perante fatores negativos e agressões que vão dar conta da instabilidade interindividual. As sensibilidades e fraquezas do indivíduo podem ser compreendidas como a capacidade, ou não, de resistir às adversidades do meio e deste modo, perceber se o sujeito é considerado vulnerável devido a certas condições que podem ser genéticas, biológicas ou psicossociais.

Para Paixão (2002), a percepção de vulnerabilidade funciona como uma capacidade ou incapacidade para resistir aos estímulos adversos do ambiente. Apresenta uma espessura variável conforme a criança/jovem sendo esta mais sensível não tem como se proteger quando confrontada com obstáculos.

No entanto, embora a probabilidade de risco esteja articulada a um conjunto de fatores que podem ser presumidos, deparamos por vezes com crianças/jovens que mesmo quando expostos a condições adversas de desenvolvimento, mostram conseguir ultrapassá-las, a estas competências dá-se o nome de resiliência.

Segundo Schoon (2006) ao lado da dimensão genética, a construção epigenética da vulnerabilidade pode ser compreendida como o resultado da percepção, pelo latente, depois pela criança/jovem, da sua possibilidade de antecipar os acontecimentos e modificar-lhes o percurso, por sua própria competência ou, ao contrário, a sua maior incapacidade de influenciar no que quer que seja o percurso dos acontecimentos. Ainda para este autor, a resiliência tem duas dimensões de construto definidas pela constelação da exposição à adversidade e as manifestações de sucesso adaptativo face ao risco.

Sereno (2011) considera resiliência como um processo dinâmico cujo resultado é a adaptação positiva em contextos de grande adversidade.

Sereno (2011), esclarece o conceito de resiliência como a aptidão e a habilidade de ajuste do indivíduo, que lhe permitirá superar com sucesso o *stress* e a adversidade.

Conclui-se que, cada indivíduo responde de maneira diferente, quando defrontado com determinadas situações da vida, e as constelações sociais de risco e a capacidade de adaptação não são deterministas, variando de acordo com a idade, com o contexto ou duração das experiências. Compreende-se então, a existência de fatores de proteção partindo da noção de resiliência sendo que estes podem advir diretamente da família (agente de socialização do menor) ou despontar de situações de risco e vulnerabilidade.

Sereno (2011) expõe três processos de proteção constituídos por fatores de: *i*) relacionamento afetivo; *ii*) elevadas expectativas e *iii*) oportunidades de participação/capacidade de tomar decisões.

Por sua vez Marques (2013) menciona que para o desenvolvimento de fatores de proteção existem quatro processos relevantes: redução do confronto com as situações de risco; diminuição das respostas negativas em cadeia; manutenção da autoestima e autoeficácia e por fim, fortalecimento das oportunidades de mudança dos efeitos de *stress*.

Já Reis (2009) transcreve alguns dos seguintes fatores como fatores de proteção, a saber: temperamento “fácil”; adaptação flexível das fronteiras do ego; inteligência acima da média; grande autonomia de desenvolvimento; existência de um vínculo materno seguro; calor emocional, supervisão e consistência no desenvolvimento da criança; um estilo de “coping” ativo e não evitante; apoio social dos adultos e amigos; aproveitamento escolar e compromisso com os valores e normas da escola; relações sociais, entre outros.

Assim, os fatores de proteção evitam o aparecimento, a intensificação e a reincidência de casos de situações problemáticas reconhecidos como promoção de aspetos positivos.

A escola deve ter em conta que tanto as crianças/jovens como as respetivas famílias possuem então determinadas características e fatores que irão facilitar ou dificultar a intervenção. Importa saber identificar os fatores de risco, de forma a facilitar aplicação das medidas necessárias com o objetivo de os reduzir ou eliminar, não descurando das competências do próprio indivíduo, que agem como fatores de proteção contra as dificuldades. Já vimos que as características da criança/jovem, da respetiva família, das experiências de vida, a exposição reduzida ao risco com práticas competentes dos cuidadores, rede familiar, vinculação, escolaridade e um nível socioeconómico adequado podem apontar para a resiliência.

Neiva (2014) defende que as próprias instituições, como as escolas, devem adquirir algumas características de resiliência, sendo elas estruturas coerentes e flexíveis, de respeito e reconhecimento, de privacidade garantida, com tolerância aos conflitos, reconciliação e empatia e comunicação aberta.

Para Neiva (2014) o estudo da resiliência, como fator protetor, juntamente com medidas eficazes poderá permitir uma intervenção mais rápida e, principalmente, uma intervenção mais eficaz.

Contudo, a resiliência não deve substituir o emprego de medidas concretas para a promoção e proteção da criança/jovem em risco e da sua família.

1.3. Da suspeita ou detecção à dinâmica da sinalização, avaliação e diagnóstico de situações de risco e maus-tratos

Sendo a família e a escola as duas principais instituições de socialização e desenvolvimento das crianças/jovens é essencial que as relações entre as duas sejam desenvolvidas (Pereira & Pinto, 2001). Estes autores defendem ainda que cada indivíduo vive num sistema familiar, que não abandona quando entra no edifício escola. A escola pode oferecer serviços, com técnicos especializados, facultando às famílias oportunidades de usufruírem de intervenções promotoras ou remediativas, ajudando-as a encontrar formas alternativas de funcionamento, procurando fazer face às variáveis do contexto familiar que contribuem para o desencadear ou manutenção de relacionamentos disfuncionais.

A escola, enquanto ambiente dinâmico e em constante transformação requer olhares prudentes e não pode dar lugar ao despreparo e à escassez de conhecimentos por parte dos seus profissionais. A denúncia é de extrema importância para ação protetora e acolhedora nestas situações.

Maia e Azevedo (2006) consideram a importância dos estudos sobre a temática de maus-tratos e as suas consequências para decisão sobre diversas questões, entre as quais: em caso de maus-tratos, qual altura apropriada para ser feita a denúncia; quais os casos em que o menor deve ser separado da respetiva família; como deve ser feita a planificação e avaliação de programas ou serviços designados para apoiar as necessidades específicas dos menores vítimas de maus-tratos.

Segundo Magalhães (2004), quer o sistema de intervenção/proteção aconteça através de rede formal ou informal, existem sempre diversas fases neste processo que são comuns nos seus aspetos essenciais e que iniciam no momento da suspeita ou da detecção da situação de perigo, passando depois por diferentes procedimentos, como: a sinalização; avaliação e investigação; diagnóstico; medidas de promoção dos direitos e de proteção; coordenação e acompanhamento do caso.

Magalhães (2010) profere que a suspeita, detecção, sinalização, diagnóstico e tratamento e proteção das vítimas destes crimes são passos fundamentais para evitar ou minimizar as suas amplas consequências físicas e psicossociais, que podem ser particularmente graves quando o abuso decorre de forma prolongada no tempo,

quando é muito frequente, se coliga a ameaças graves e exista um grande secretismo entre o abusador e a vítima.

A deteção de indicadores de risco e a perceção das situações, que envolvam perigo para as crianças/jovens, assim como, o respetivo acompanhamento e o encaminhamento não são de todo uma tarefa fácil. Contudo, este é um assunto que não pode deixar de ser considerado como um problema face ao qual urge reforçar a capacidade de resposta por parte das entidades competentes e dos seus serviços. A escola, é uma das entidades, para além dos hospitais, centros de saúde, entre outras, que pode detetar este tipo de casos por se encontrar permanentemente em contacto com as crianças/jovens e as suas famílias. Tem por si só, maior potencial para interagir com grande parte da população e detetar situações problemáticas, uma vez que os professores, técnicos e assistentes operacionais no convívio diário com os alunos, têm maior facilidade e oportunidade de chegar às respetivas famílias.

Importa referir, que qualquer pessoa pode ou deve, fazer a comunicação da situação de risco, incluindo a própria vítima, sendo através da sinalização que se dá conhecimento de uma situação ou de uma suspeita de maus-tratos mediante denúncia, (anónima ou não). De acordo com a lei em vigor, a sinalização destes casos deve ser feita às Entidades Competentes em Matéria de Infância e Juventude quando estas não conseguem remover o perigo em que a criança/jovem se encontra, faz-se a comunicação à CPCJ e posteriormente, se necessário às entidades policiais, ao Ministério Público ou ao Tribunal da residência do menor.

Como dispõem no art.º 242 do Código Penal, qualquer funcionário público, tem obrigação de denunciar as situações de maus-tratos. Este dever/obrigação é alargado à população em geral, através do art.º 66 da lei 147/99, de 1 de setembro. No caso de denúncia deve ficar registada a identificação da criança/jovem (incluindo a escola em caso de a frequentar), a identificação de outras crianças e dos adultos da casa, a residência, detalhes sobre a suspeitas ou incidente (quando e onde ocorreu o caso, quem estava presente, descrição de alguma lesão observada e nome do alegado abusador), bem como informação sobre qualquer necessidade especial da criança/jovem (Magalhães, 2005).

Excetuando uma situação urgente, na qual é necessária proteção imediata, a decisão exige um certame prévio entre os diferentes profissionais atuantes no processo, a família e o menor (quando possível), para que seja elaborado um plano de intervenção adequado que preste o apoio necessário à criança/jovem e à respetiva família.

Segundo English e Pecora (1994, cit. por Reis, 2009), a avaliação do risco, pode ser definida como uma sistemática coleção de informações para determinar o grau em que o menor é passível de ser abusado ou negligenciado no futuro.

Não existem certezas acerca das verdadeiras causas ou fatores de risco, contudo, vários investigadores/especialistas têm-se interessado pelo estudo da incidência dos maus-tratos, pelas suas possíveis causas, consequências e possibilidades de prevenção e tratamento.

Canha (2003), considera que quanto mais cedo se fizer o diagnóstico de maus-tratos menos sequelas físicas e psicológicas restarão. Daí a importância de termos técnicos especializados que trabalhem na área.

Pode acontecer o caso de a informação disponível não ser suficiente para a tomada de decisão, aí é necessária a colaboração de profissionais de outras áreas (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, entre outros) que não existam na escola ou que estejam em número insuficiente, para esclarecer melhor a situação e não se correr o risco de intervir de forma errada. A avaliação conjunta tem segundo Magalhães (2004), o objetivo de esclarecer os factos relativos às circunstâncias que deram lugar à suspeita; avaliar a suspeita e o grau de perigo em que se encontra o menor e identificar fontes. É importante realizar um diagnóstico inicial, determinando se há matéria para preocupação e em situação de emergência ou de perigo e intervir de imediato. Os pais/responsáveis devem ser informados da razão do processo em curso de investigação da legitimidade dos investigadores e dos seus direitos.

As decisões tomadas nas conclusões das investigações são críticas/decisivas para a proteção das crianças/jovens, e os erros podem acarretar para o menor e respetivas famílias inúmeras consequências prejudiciais, tais como: perda de tempo, gasto desnecessário em recursos materiais e humanos, assim como desgastes psicológicos e emocionais, danos físicos ou até mesmo a morte.

Das decisões tomadas, advêm importantes consequências para a criança/jovens, para as suas famílias e também para os serviços de proteção, é por isso que devem ser feitas de forma consistente e precisa, baseando as decisões no superior interesse da criança/jovem.

Ainda segundo Magalhães (2004), a investigação deve conter: informação detalhada no que diz respeito a indicadores de risco e fatores associados, o que permite reavaliar o perigo e acionar os mecanismos de atuação mais adequados em cada caso (entrevistas, visitas domiciliárias, exames médicos, entre outras); coordenação das avaliações e intervenções transdisciplinares e por fim deve imperar a

responsabilidade profissional, incluindo o conhecimento da obrigação legal de sinalizar certos casos e colaborar no processo de reabilitação/reintegração.

A investigação feita com o intuito de levar a um diagnóstico deve ser realizada considerando o menor e o contexto familiar em que se insere e não deve ser um acréscimo de dano ou *stress* para o menor.

O diagnóstico pode ser de difícil acesso sobretudo em situações sociais e culturais de precariedade, principalmente quando se quer equacionar em tempo útil. A tudo isto pode juntar-se a situação de a criança/jovem vítima de maus-tratos se fechar em silêncio, por medo ou vergonha ou simplesmente não apresentar o discernimento necessário para compreender que necessita de ser ajudada. Segundo Cirillo (2006, cit. por Ramos, 2009) a criança para poder compreender que é alvo de maus-tratos e que isso é errado necessita ter algum distanciamento dos seus pais no sentido de poder visualizar que a sua vida sem eles é possível de ser vivida.

Cabe aos cidadãos e aos profissionais interpretar e recolher indicadores de situações de maus-tratos, mesmo que indiretos, o que requer deles muita sensibilidade, tato e procedência.

1.4. Condições facilitadoras e inibidoras do papel dos profissionais

A escola como importante microssistema apresenta quotidianamente impasses que requerem decisões separadas dos currículos e/ou das práticas pedagógicas dos profissionais da educação. É um microssistema compreendido como espaço de proteção de crianças/jovens que não deve apenas responsabilizar-se pela difusão cultural e de conhecimentos, mas também por participar de transformações das estruturas sociais.

Desta fazem parte não só educadores de infância e professores, mas também, os assistentes operacionais, assistentes sociais, psicólogos, animadores ou educadores sociais, entre outros profissionais, assim como as associações de pais e os próprios encarregados de educação. Todos são necessários para apoiar os menores em todos os domínios, desde a saúde, às relações familiares e ao seu próprio projeto de vida. Pretende-se que estes operem com dinamismo, com comunicação, com interação e com projetos diversificados, diferenciados e adequados. Devem ser também projetos contextualizados, partindo do conhecimento do meio envolvente e do diagnóstico da situação em particular.

Toda esta comunidade escolar tem a possibilidade de observar diariamente as crianças/jovens na sua condição física e no seu comportamento, sendo sujeitos privilegiados no sentido de se poderem aperceber se estes estão a sofrer de maus-tratos.

Embora muitas vezes nas famílias abusivas impere o pacto de silêncio entre o maltratante e a vítima (sendo este ponto uma condição inibidora da deteção de casos) este pode ser rompido, através de sinais típicos. Assim, os profissionais do contexto escolar aparecem muitas vezes como sendo uma das principais vias de socorro da criança ou jovem vítima de maus-tratos, uma vez que quando os primeiros desenvolvem relações de empatia com os alunos passam a ser vistos como alguém em quem podem confiar e com quem podem partilhar angústias e medos.

Magalhães (2005) afirma que os profissionais que trabalham com crianças e jovens em situações de perigo devem estar devidamente capacitados para identificar e reconhecer os sinais de alerta e as características presentes nas crianças e no respetivo agregado familiar. Por serem potenciais elos de ligação com estas crianças/jovens é necessário que tenham consciência da seriedade da problemática.

Estes casos exigem uma atitude profissional por parte de professores, técnicos e restante comunidade escolar. Reconhecer certos sinais é decerto um contributo fundamental para uma intervenção precoce sendo igualmente importante estabelecer linhas de orientação relativas aos modos de intervenção.

Magalhães (2010) alude que os fatores culturais influenciam também o olhar dos diferentes profissionais sobre comportamentos cujos limites, na perspetiva do abuso, são por vezes difíceis de estabelecer, como é o caso de alguns castigos corporais dados pelos pais ou cuidadores considerados e aceites como medidas educativas ou ainda casos de algumas desavenças e discussões violentas entre casais, na presença dos filhos, muitas vezes consideradas como acontecimentos normais e vulgares nas famílias. Mediante este tipo de dificuldades, muitas das vítimas e profissionais deixam de os sinalizar. Porém, em caso de dúvida é importante que se tomem medidas de forma a não deixar escapar situações verdadeiramente graves, ou até mesmo fatais.

Por terem um papel de grande importância diante de suspeitas de maus-tratos, os profissionais do contexto escolar, devem propiciar o desenvolvimento de atitudes, hábitos e habilidades favoráveis à saúde física e mental dos menores. É da sua responsabilidade apurar situações de maus-tratos e encaminhá-las para as entidades competentes quando não for possível a sua atuação.

Magalhães (2010), refere a deficiente formação profissional como uma das fragilidades apontadas ao sistema. A formação específica dos profissionais, nas questões de sinalizações, de diagnóstico, da intervenção e da proteção que levam muitas vezes a intervenções sustentadas em juízos e pré-noções, sem qualquer base científica. A autora refere que a estas fragilidades juntam-se as dificuldades de organização e gestão. Muitas vezes as dificuldades de articulação advêm de uma cultura profissional voluntarista fechada a um efetivo trabalho em rede que embora seja burocratizado, acaba por sobreviver em muitos casos com base na informalidade, o que compromete seriamente a sua eficácia.

É preciso buscar metodologias que sensibilizem estes profissionais e que os habilitem no sentido de intervir em casos de suspeita ou constatação e que os preparem também para as enfrentar, já que vão deparar-se com disfunções nas relações proximais de poder e de confiança que se expressam contra maus-tratos a crianças/jovens. Trata-se de uma exigência pedagógica, social e legal.

Sousa (2005) é a favor devido às suas competências práticas, que os profissionais sejam reconhecidos como catalisadores de mudança, em que a sua intervenção e por capacitar a família, potenciando as suas competências, explorando-as e valorizando-as, contrariando o que muitas vezes ainda se verifica em profissionais cobertos de estereótipos e preconceitos que por vezes procuram os problemas e nunca as competências existentes nas famílias.

Perante a gravidade das problemáticas encontradas, os profissionais devem tentar encontrar soluções, tendo como objetivo a garantia do bem-estar dos seus alunos assim como promover o exercício da cidadania. Para tal, é importante entender como os casos de maus-tratos são tratados no meio escolar para assim diligenciar alternativas de mudanças.

Uma outra barreira que impede por vezes a resolução destes problemas, é fruto do disfuncionamento e até da inexistência das equipas multidisciplinares, que agrupem assistentes sociais, psicólogos e médicos e/ou enfermeiros. Através do trabalho em equipa, é mais fácil obter um bom desempenho das funções individuais e coletivas, sempre com o objetivo do superior interesse do menor, tanto na análise dos casos, como o na realização do diagnóstico e do prognóstico da evolução sociofamiliar, assim como no apoio ao desenvolvimento integral da criança/jovem, contribuindo para uma avaliação dos resultados e da intervenção sempre com objetivos bem definidos, de forma a proporcionar um desenvolvimento equilibrado. É indispensável que em cada escola existam estas equipas multidisciplinares, pois só o trabalho em equipa com

profissionais de áreas específicas, poderá levar a bom porto uma intervenção específica e de acordo com cada caso. Estas equipas têm como função trabalhar em conjunto com a família, além de promoverem programas de prevenção e intervenção, assim como formação para pais, crianças e jovens. Quando não existem na escola estas equipas multidisciplinares torna-se difícil solucionar os casos.

Assim, Magalhães (2010) cita a importância de cada um dos profissionais ser capaz de atuar de forma articulada com os restantes, de modo a que a investigação a efetuar, a orientação do caso e a proteção da criança/jovem sejam corretamente conduzidas, evitando-se intervenções repetidas que contribuam para a sua vitimização secundária. É essencial que conheçam as competências de cada um dos elementos na intervenção, respeitando as tarefas de cada um.

Para Neves (2012) a criança deve ser ouvida por profissionais com formação especializada na respetiva problemática, de preferência, sempre pela mesma pessoa, para que se crie uma relação de confiança. É pois, importante a formação especializada nos profissionais, assim como a frequência de seminários, formação contínua e preparação intensa. O treino e a experiência em trabalhar com menores vítimas de maus-tratos são requisitos necessários.

Os profissionais e as entidades ou instituições, têm capacidades técnicas e obrigações específicas face à problemática dos menores em risco/perigo, bem como no encaminhamento para as devidas estruturas de proteção.

Para finalizar, Magalhães (2005), é da opinião que aos profissionais que trabalham com crianças e jovens deve exigir-se, além da formação específica nesta matéria, capacidade de relacionamento interpessoal e competência cultural.

1.5. A relação entre a escola e as famílias detentoras de problemáticas

O processo educativo desenvolvido ao longo dos séculos, é amplo e abrangente na medida em que além de conhecimentos procura transmitir entre outras coisas, valores, ideias e crenças. Assim, educar prevê um conjunto de agentes que interagem para educarem as crianças e os jovens de uma determinada sociedade. A família e a escola, bem como todos aqueles que compõem cada um destes sistemas, assumem-se como agentes dinâmicos neste processo, sendo que para uma educação de qualidade é preciso que a família esteja presente na vida escolar dos alunos, interagindo com a escola.

Durante muitos anos a responsabilidade da educação não foi partilhada pela família e pela escola, cada uma assumia o seu papel, alheadamente da outra. A família criava, educava, assinava documentos e pouco mais. A escola limitava-se a transmitir conhecimentos, a informar a família sobre os resultados obtidos e sobre o comportamento dos alunos. À família era socialmente reconhecido o direito de decidir tudo sobre a educação das crianças, competindo-lhes o dever de as levar à escola.

Durante muito tempo, a escola funcionou como um sistema fechado com fronteiras rígidas e isolado da comunidade, entre ela e a família existia uma barreira praticamente intransponível, limitando-se ao mínimo indispensável. Mas, as transformações ocorridas na sociedade repercutiram-se nestes dois sistemas levando-os a repensarem o seu papel e a relação que estabelecem entre si, pela necessidade de partilharem responsabilidades, de se ajudarem mutuamente e de interagirem. Pode dizer-se que a família e a escola têm funções complementares numa mesma missão, a de ajudar a desenvolver e a formar pessoas.

As mudanças sofridas na relação família-escola, advém das mudanças ocorridas nas famílias (novos conceitos de família) e a nível organizacional da própria escola com a introdução de legislação que obriga a presença de representantes dos pais, nos diversos órgãos da escola e alargamento da escolaridade obrigatória, fazendo com que os alunos permaneçam mais tempo ligados à mesma assim como as suas famílias. No entanto, apesar de se verificar nos dias de hoje, uma maior aproximação entre família e escola, esta relação ainda está longe do nível ideal, uma vez que ainda hoje esta se queixa da fraca participação da família na vida escolar dos seus educandos.

A família surge na vida da criança como o primeiro grupo que a recebe, é a instituição que lhe fornece a educação inicial assente nos padrões culturais inerentes e lhe proporciona a socialização primária. É na família que a criança cresce e se desenvolve, onde inicia a socialização e se estreia como indivíduo social. A relação familiar e o vínculo existente na estrutura da família, é muito importante para o desenvolvimento, socialização e educação da criança/jovem. É no seio familiar que a criança/jovem encontram proteção, segurança, adquirem confiança em si próprios e nos outros (Gomes, 2010).

Esse espaço vai-se alargando à medida que a criança passa a relacionar-se com outros membros da comunidade em que está inserida.

Para Varanda (2011), o conceito de família não é linear logo depende da época e da cultura em que se enquadra, esta diferenciação pode ser observada até na mesma família, quando os seus membros apresentam diferenças transculturais.

Benavente (1976) diz que a criança aprende a falar e assimila princípios que reagem à sua vida social no seio familiar. É através desta que tem acesso ou não a diversos instrumentos culturais, fundamentais para o seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor é também através desta e do meio envolvente que ouvirá pela primeira vez falar da escola.

A família é assim o primeiro agente de socialização, ainda que nos dias de hoje o papel educativo da família esteja repartido com a escola que surge como a segunda instituição socializadora. Para além da função socializadora exerce um papel fundamental no equilíbrio e desenvolvimento geral da criança/jovem.

Oliveira (2002), confere que a família deve promover o bom desenvolvimento e a segurança dos seus elementos e, para isso, deve satisfazer as suas necessidades de modo a protegê-los dos ataques do exterior facilitando um desenvolvimento coeso e estável. Tem o dever de fazer tudo para proteger as crianças/jovens a seu cargo promovendo o seu desenvolvimento adequado.

Para Maia e Williams (2005), a família é considerada como um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação, nomeadamente os contactos de funcionamento familiar, a existência de vínculo afetivo, o apoio e a monitorização parental, que reduzem a probabilidade de os jovens assumirem comportamentos problemáticos e de risco. Estes autores, defendem que as famílias nas quais não há uma diferenciação de papéis, levando à extinção de limites entre os membros; famílias com nível de tensão permanente, com dificuldades de diálogo e controlo da agressividade; famílias com ausência de contatos externos; famílias nas quais há ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pai/mãe/filho e famílias que se encontram em situação de crise ou perdas como o divórcio, o desemprego e a morte, constituem-se como fontes de risco inerentes dependendo do estilo parental implementado.

Questões de separações e de novos casamentos têm dado lugar a novos contextos familiares que podem gerar, sensações de insegurança e até mesmo de abandono. Assim, as crianças/jovens estão cada vez mais subjugadas a este tipo de situações sendo vítimas das consequências desta enorme transformação familiar.

A estrutura e o funcionamento familiar têm uma influência tal nas crianças/jovens que grande parte das consequências negativas, se devem à

desorganização e à rutura na estrutura familiar. A estrutura familiar representa uma teia organizada em subsistemas familiares interagindo entre si, tais como: pais-filho, irmão-irmão, marido-mulher ou de acordo com os interesses ou o sexo (Mota, 2012). Estes subsistemas definem a interação que a criança/jovem tem com a família e são delimitados por um conjunto de regras que determinam os limites com que os membros da família interagem e diferenciam os seus papéis, definindo a coesão e hierarquia familiar.

No entendimento de Sampaio, Cruz, e Carvalho (2011), nem todas as famílias têm a possibilidade de promover um bom desenvolvimento e segurança às suas crianças/jovens pois ocorrem situações de natureza individual ou social que podem ser consideradas desviantes. Conforme os autores, estas famílias vivem com alguns problemas sociais necessitando por vezes de ajuda por parte das instituições e de controlo social para dar resposta aos problemas. Torna-se assim primordial a intervenção junto delas, efetuada por diferentes instituições, entre as quais a escola.

Quando a criança chega à escola, já traz consigo aprendizagens que faz no dia a dia por meio daqueles que a rodeiam. A escola dá continuidade a este processo de socialização, tendo capacidade para aumentar a interação social da criança/jovem, ganhando uma nova dimensão, mais diversificada e plural e transforma-a num processo dinâmico que funciona ou deve funcionar, sempre, numa convergência de esforços com a família. Contudo, os pais ou cuidadores, enquanto agentes essenciais neste processo de educação, não podem nem devem abdicar da sua participação na socialização de seus filhos.

Todavia, as famílias têm modos de ser, pensar, agir e regras de funcionamento diferentes que influenciam os seus hábitos de vida quotidiana e as relações que estabelecem com a escola dos seus filhos. Quando estas são desestruturadas e desorganizadas, exercem sobre as crianças/jovens influências que podem trazer consequências negativas e aumentar a possibilidade de ocorrência de situações de risco.

Gonçalves (2013), afirma que quando a relação familiar não é saudável, há uma maior probabilidade da criança ou jovem desenvolver problemas referentes à escola, como as dificuldades de aprendizagem, os problemas de comportamento e o abandono escolar. Estando assim estas crianças/jovens mais vulneráveis à ocorrência de situações de risco no contexto familiar e conseqüentemente no contexto escolar.

A escola deve assim, ser uma grande parceira da família, ou a família uma grande parceira da escola. É indiferente a ordem que se estabeleça, pois o mais

importante é que ambas cumpram com seu papel em conjunto com o objetivo de desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando contribuindo para formação integral do mesmo.

Na relação entre a escola e a família coabitam interesses em jogo dos diferentes agentes educativos, os quais devem ser vistos como um interesse de caráter social, em que o diálogo, o respeito, a verdade e a tolerância devem ser desenvolvidos como tendo um único objetivo, a finalidade educativa. Compreender a importância da relação entre a família e a escola não é difícil, mas para que a mesma se concretize, tanto a família como a escola terão que se implicar em ações que tornem real a existência de uma relação forte. Ambas terão de conhecer a função que lhes cabe na tarefa educativa sem a ignorar.

Por todas estas razões, a escola tem um lugar importante e privilegiado na detecção e prevenção em situações de risco, sejam elas sequentes do contexto familiar, do contexto escolar, do grupo de pares ou até do comportamento da própria criança ou jovem. Os profissionais escolares, são os principais agentes de detecção e prevenção, podendo proporcionar à criança/jovem experiências de segurança e modelos relacionais saudáveis.

Uma das vantagens da interação entre a família e a escola é a de permitir aos profissionais um maior conhecimento da criança/jovem e da respetiva família, assim como as suas características específicas e os seus problemas, potenciando a implementação de estratégias que ajudem a ultrapassar as suas vulnerabilidades.

A escola deve ter um papel dinâmico, democrático, reflexivo e deve mobilizar toda a comunidade escolar para enfrentar e resolver os problemas através da análise da situação, da identificação das prioridades e propondo metas a curto, médio e longo prazo. Tanto os cuidadores como os profissionais do meio escolar devem ser estimulados a discutirem e encontrarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua. A escola, em conjunto com os responsáveis pela criança/jovem, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de todos, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos.

Com vista a promover um relacionamento mais estreito entre a família e a escola, diversos autores defendem que as escolas devem: sofrer modificações nas suas infraestruturas, criando espaços próprios para o atendimento da família; os professores e técnicos devem visitar a casa dos alunos e por sua vez, os pais devem,

por vezes, presenciar aulas e participarem em atividades extracurriculares que propiciem o contato não só com os problemas escolares dos filhos; deve haver o cuidado na preparação de reuniões com os cuidadores (individuais ou coletivas) em que se invoque o envolvimento na resolução das dificuldades da criança/jovem; promover e elaborar programas de educação para pais, desenvolvendo conhecimentos relacionados com o menor e/ou dando resposta a necessidades de formação pessoal.

Não são só as crianças/jovens que beneficiam do bom relacionamento entre a escola e a família, os pais/cuidadores assim como os restantes membros beneficiam tanto a nível da promoção de sentimentos de valorização do seu papel, como da obtenção de mais informação sobre a escola (escassa quando o nível de escolaridade é baixo), do estabelecimento de redes sociais de apoio do desenvolvimento do seu papel enquanto cidadãos. O estreitamento das relações entre as duas contribui para a educação e desenvolvimento dos adultos e para a formação de cidadãos responsáveis e ativos com mais oportunidades de aplicar as competências necessárias à prática da cidadania na sociedade.

Em síntese, a família é influente para a criança/jovem e quando a família e os profissionais cooperam entre si, a probabilidade de se obter sucesso nos planos aplicados é maior.

2. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO/PERIGO

Azevedo e Maia (2006) defendem que para atuar nesta área deve-se antes de mais, conhecer a incidência e a prevalência do fenómeno, dos fatores de risco, dos grupos de população mais vulneráveis e ainda das características do indivíduo agressor.

O principal objetivo da prevenção é promover alterações necessárias a nível económico, cultural, legal, entre outras, para evitar ambientes disfuncionais, potenciadores de ocorrência de violência (Magalhães, 2005).

Delgado (2006), define prevenção como a promoção ativa de circunstâncias e atuações positivas para o desenvolvimento integral das pessoas, de modo assegurar níveis mínimos de bem-estar para todos os seres humanos, bem como para as sociedades em que vivem, considerados como um todo interrelacionado e complexo.

Tem por objetivo mais do que a manutenção da ordem social, vise a sua transformação de modo a construir uma sociedade mais justa, equilibrada, solidária e com melhor qualidade de vida.

A prevenção dos maus-tratos está separada por três níveis: o primário, o secundário e o terciário. A prevenção primária tem como finalidade dotar as crianças/jovens e as respetivas famílias de competências que lhes permitam evitar situações de risco tendo como público-alvo a população em geral e reduzir a ocorrência do risco, impedindo o surgimento do perigo. A prevenção secundária tem como objetivo a despistagem de diversos grupos, que possuem um conjunto de características que fazem com que sejam considerados de alto risco, relativamente à repercussão dos maus-tratos, tais como famílias, grupos sociais ou sujeitos. Por sua vez, a prevenção terciária consubstancia-se na prestação de serviços às vítimas de maus-tratos, de forma a evitar a reincidência, a reabilitar ou minimizar a gravidade das consequências.

Os níveis de atuação são sequenciais e interdependentes, pelo que intervir ao nível da prevenção primária, incidindo sobre os diferentes agentes de socialização, significa diminuir ou evitar a necessidade de uma intervenção posterior, tardia, ao nível da prevenção secundária ou terciária (Delgado, 2006).

A prevenção dos maus-tratos, nas suas diversas vertentes e apresentações, é possível, desejável e urgente. Se muitas das ações são da responsabilidade do Estado e das instâncias sociais, os cidadãos, individualmente e nas famílias, na

profissão ou na sociedade, podem fazer muito para diminuir este flagelo (Cordeiro, 2012).

2.1. A escola na perspectiva dos mecanismos de prevenção em situações de Risco/Perigo

Refletir sobre a escola e a criança/jovem em risco, tendo em conta a importância fundamental da prevenção demonstra a preocupação existente com os riscos e perigos que estes enfrentam, refletindo o seu meio envolvente.

A prevenção constituiu prioridade fundamental em todo o processo de proteção de menores e a escola, como importante amparo dos seus alunos, deve atuar preventivamente contra a violência. Mais importante do que um diagnóstico em tempo útil, deve considerar-se a sua prevenção (Reis, 2009).

A escola enquadra-se em grande escala na prevenção primária, sendo que para Azevedo e Maia (2006) esta tarefa implica atuação para um todo, sendo a população alvo toda a sociedade independentemente da existência ou não de fatores de risco.

Prevenir a um nível primário significa diminuir situações que promovam o aparecimento dos comportamentos aditivos e tem também como objetivo fundamental modificar atitudes enraizadas na cultura da prática de castigos físicos, relações familiares violentas e aumentar o conhecimento de necessidades reais, tanto físicas como psíquicas dos envolvidos. Neste sentido, as estratégias a adoptar deverão reduzir as causas que estão na base do aparecimento de situações de maus-tratos, bem como os fatores de risco e em compensação reforçar os fatores de proteção. A informação epidemiológica nestes casos é fundamental para o planeamento de estratégias de prevenção e posterior avaliação da sua eficácia bem como para orientar a intervenção em famílias e indivíduos (Magalhães, 2010).

Magalhães (2010) aponta que relativamente à prevenção, esta deverá incluir informação: relativa à definição quantitativa do problema, a qual deve ser facilmente utilizada por grupos e sectores relacionados com ela; com dados sistemáticos, recolhidos de forma contínua, sobre a incidência, causas e consequência do abuso infantil; acerca da identificação precoce de novas tendências e problemas no abuso infantil, para que intervenções atempadas possam ser implementadas; acerca das sugestões de prioridades de intervenção entre aqueles que se encontram em risco elevado de experienciar ou efetuarem o abuso ou para aqueles que evidenciam com elevados fatores de risco; das propostas de meios para avaliação do impacto dos

esforços de prevenção; da monitorização das alterações sazonais e longínquas na prevalência de características e fatores de risco destes abusos e por fim; da perspetiva geral sobre a distribuição geográfica dos casos de abuso que possa auxiliar na planificação (tipo e localização) de futuros serviços de proteção e outros serviços de apoio às vítimas.

Maia e Azevedo (2006), dizem que o modelo ecossistémico sugere que os abusos infantis devem ser analisados tendo em consideração um conjunto de fatores que se interpenetram: as características do indivíduo, o ambiente mais próximo que o rodeia (microssistema), o ambiente mais amplo (o exossistema) e o sistema que engloba todos os anteriores (o macrossistema). Os autores defendem que uma prevenção eficaz implica a aplicação de medidas específicas para cada um destes sistemas, procurando para cada um deles a diminuição dos fatores de risco e o fortalecimento dos fatores protetores.

Na aplicação de uma estratégia de prevenção de risco, Magalhães (2005) assegura que: é necessário a dinamização de um modelo de participação comunitária; a organização de campanhas e programas educativos de informação e sensibilização da opinião pública sobre a amplitude, gravidade e consequências do fenómeno, tendo em vista incentivar a sua adesão às medidas de prevenção e o estabelecimento de redes e de parcerias visando a criação de modelos de intervenção.

Magalhães (2005) refere-se à importância de se começarem a criar subprogramas para grupos de risco mais específicos ou vulneráveis e a criação de ferramentas que possibilitem guardar informações sobre a frequência dos maus-tratos e as respetivas causas. A perspetiva destes programas específicos transversais e de longa duração, é a de que possam trazer mudanças favoráveis, assim como a presença de indicadores de referência que permitam avaliar os efeitos a curto, médio e longo prazo.

Segundo Monteiro (2010) a prevenção deve ser executada por equipas pluridisciplinares onde cada profissional tem um papel importante e intransmissível, com capacidades técnicas e deveres específicos, face à problemática dos maus-tratos, bem como a sua prevenção, deteção, sinalização e posteriormente o respetivo acompanhamento.

Todas as escolas deveriam estar munidas, com equipas multidisciplinares, constituídas por professores e técnicos que trabalhem a tempo inteiro. A partilha de saberes e ideias entre os diferentes membros é um aspeto interessante e pode trazer melhorias significativas. Contudo, o trabalho destas equipas não deve ser isolado,

estas devem estabelecer contatos de forma a realizarem um trabalho em rede, com entidades do meio local, de forma a aumentar os recursos e delinear a investigação, com o propósito de garantir a proteção dos menores e atuar de acordo com cada caso.

É de salientar a necessidade da existência de um serviço de ação social escolar nas escolas, daí que a criação de Gabinetes de Apoio à criança e à família venha justificar e revelar o valor que tem um trabalho multidisciplinar em cooperação da escola com várias entidades, de forma a intervir adequadamente nos problemas encontrados e conseqüentemente desenvolver estratégias também de intervenção que promovam o bem-estar a criança/jovem (Marcelino, 2014).

Salienta-se o facto da necessidade de se elaborarem planos, sendo fundamental para os técnicos, terem formação específica, onde se desenvolvam aptidões e se extinga o preconceito de forma a implementarem programas que desenvolvam e permitam caracterizar a problemática e a avaliação da fiabilidade, validade e eficácia das intervenções.

Estes planos de prevenção devem possibilitar a fomentação de ferramentas ao menor que lhe permitam reconhecer e evitar situações de perigo. No trabalho realizado com a família, a prevenção deve acontecer no sentido do fornecer informação através da criação de espaços onde se realizem reflexões à volta da problemática em causa. Neste contexto, é importante que a família tenha oportunidade de estabelecer contacto direto com as informações, nomeadamente as características de uma situação de perigo, as conseqüências e a intervenção (Canha, 2003).

Garrido e López (1995, cit. por Delgado, 2006) aludem que as estratégias de prevenção completam-se e os programas de mudança estrutural ou institucional, podem por exemplo, centrar-se mais nos sujeitos que ostentam condutas de conflito.

As estratégias preventivas em contexto escolar permitem à partida uma maior articulação entre os vários agentes educativos, como a família, técnicos e professores. A escola apresenta uma dimensão educativa multifacetada com dimensões cognitivas, afetivas, sociais e éticas que fazem parte do processo de aprendizagem. Estas podem potenciar um desenvolvimento de competências em diversas áreas nos menores que ao adquiri-las possibilitam a estimulação do seu bem-estar pessoal e social.

Para os autores Jardim e Pereira (2006), as atividades de promoção para a saúde são importantes uma vez que, atingir um bom estado de saúde permite a qualquer pessoa ter um melhor desenvolvimento pessoal, social, económico e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida, acarretando esta perspetiva

inúmeras mudanças, tanto na sociedade, como na própria intervenção do Estado, dado que promover a cidadania passa a ser um trabalho de todos.

Devido às novas exigências sociais, a escola tem o papel de promover a saúde, o que obriga a uma ação conjunta das diversas entidades. A educação para a saúde nas escolas, tem como principais objetivos capacitar os alunos a aprender a cuidar de si próprios, aprender a cuidar dos outros e aprender a proteger o meio. Isto faz sentido, uma vez que, as crianças/jovens necessitam de ser cada vez mais capazes de se fazer respeitar, sendo responsáveis pelos seus atos, adequando as aprendizagens e tornando-se mais autónomos. É positiva, a promoção de atividades que lhes permitam compreender as respetivas emoções, interesses, percepções em relação aos outros. Os laços estabelecidos com os seus pares e com os adultos servem também para aperfeiçoar a suas competências adaptativas contribuindo para o processo de resiliência. Por fim, é indispensável que os alunos tenham intrínsecos hábitos de proteção do meio ambiente, tanto local como global. Para que isto seja possível, é necessário que sejam desenvolvidas atividades de desenvolvimento de competências ao nível da autoestima, autoconceito, das relações interpessoais e torna-se imprescindível o desenvolvimento de projetos de educação e promoção da saúde.

A implementação de programas de educação sexual, de competências sociais, de educação para a Cidadania, de gestão das emoções da prevenção da toxicod dependência, assim como do abuso do álcool, são outra forma de prevenção essencial.

Importa entender as dinâmicas do sistema familiar na atuação sobre a problemática dos maus-tratos, apostando no apoio familiar e na educação parental, incluindo, os programas centrados na formação parental e no apoio psicológico.

Carpenter (2007) alude que numa abordagem centrada na família, os apoios abrangem a informação, aconselhamento e orientação, que tanto fortificam o entendimento e habilidades parentais, como propagam a obtenção de novas aptidões indispensáveis para cuidar da criança/jovem, sugerindo oportunidades de crescimento e aprendizagem.

Neves (2012) é da opinião que a intervenção parental implica que a equipa técnica inicie tentativas de estabelecimento de uma relação de colaboração com a família, o mais cedo possível, sendo que não é de todo uma tarefa fácil.

Sampaio et al. (2011) defendem que a educação parental pode desempenhar um papel muito significativo no âmbito da prevenção primária (universal) e, sobretudo

da prevenção secundária (seletiva/específica) do risco e do perigo, visando a melhoria do exercício da parentalidade por família com menos capacidades neste domínio e com outras vulnerabilidades que se estendem negativamente. Podem por fim a situações de risco ou diminuí-las significativamente e contribuir para que não se desencadeiem situações de perigo grave.

2.2. O papel da CPCJ

Em Portugal, a proteção de crianças e jovens enquadra-se em dois níveis, em primeiro lugar o do risco e em segundo o do perigo. As medidas de promoção e de proteção estão definidas pela atual Lei 147/99, de 1 de setembro. Esta define que a proteção das crianças/jovens deve estar sujeita a uma atuação hierarquizada e que deve ser feita em primeira instância pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude entre as quais está referenciada a escola, local onde as crianças/jovens passam grande parte do seu tempo, em segunda instância pela atuação das comissões de proteção e em último pelos tribunais. A rede formal deve ser a segunda a ser utilizada, sempre que a intervenção informal não tenha chegado aos resultados pretendidos, ou seja, sempre que for denunciado um caso ao Tribunal ou mesmo à CPCJ, passa a pertencer à rede formal.

Segundo Batista, M. (2011), fazem parte de uma CPCJ: um magistrado, um médico, um psicólogo, um representante de cada uma das seguintes instituições: do município, do Centro Regional de Segurança Social, dos serviços locais do Ministério da Educação, do Instituto da Juventude, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das autoridades policiais, das Associações de Pais existentes na área de competência dessa Comissão.

A CPCJ só pode intervir se os pais, representantes legais, ou quem tenha a guarda da criança, concordem com a decisão. Esta intervenção pode ocorrer em três situações: situação não urgente, mas que ocorre devido à ineficácia da rede informal; em caso de suspeita de abuso sexual e quando há existência de indicadores de maus-tratos que coloquem o menor em perigo.

Assim, as CPCJ trabalham com base em legislação própria e regem-se então como foi referido pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Decorre da constituição e atribuições das CPCJ um papel relevante por parte dos elementos que nela representam, na ação em modalidade alargada ou na modalidade restrita, exercendo a sua competência na área do município onde têm sede e funcionam em modalidade

alargada ou restrita sendo que apesar das duas modalidades de funcionamento, a comissão é uma só.

A modalidade alargada das CPCJ constituem pormenores de uma atividade que se quer atenta e interdisciplinar para que se afastem os menores dos perigos que atentam contra o seu desenvolvimento integral. A esta compete ainda: informar, detetar, colaborar, dinamizar, analisar e dar conta das atividades de promoção dos direitos e da prevenção das situações de perigo para a criança e jovem (Borges, 2007).

Os membros da comissão da modalidade restrita são também membros da alargada e a estes cabe o papel de analisar e determinar, entre as sinalizações que lhes chegam, se os menores estão em perigo, mediante as situações que o art.º 3 da Lei 147/99, de 1 de setembro possam legitimar a intervenção das comissões.

Estas instituições são oficiais, não judiciais, possuem autonomia funcional com vista a promover com imparcialidade, os direitos dos menores e prevenir ou por fim a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e perigo, envolvendo a participação dos pais ou representante legal, de forma a evitar ou diferir a intervenção judicial. As CPCJ são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco (CNPCJR), a esta última cabe a planificação da intervenção do estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação dos organismos públicos e da comunidade na proteção dos menores.

A atuação das CPCJ com a família têm em vista acabar com a situação de perigo, para isso mobilizam todos os recursos para acabar com a situação de perigo a que o menor está sujeito, sob a fiscalização do Ministério público. A intervenção judicial é feita quando não exista CPCJ na área de residência, ou não tiver competência legal a medida de proteção e promoção necessária.

2.3. Articulação entre a CPCJ e a escola

Em Portugal, existem dois modelos de intervenção subjacentes à proteção social dos menores. Um de intervenção social relacionado com as CPCJ e os serviços locais de ação social e outro de intervenção judicial, relacionado com o Ministério Público, os Tribunais e os centros educativos da Direção Geral de Reinserção Social e a Polícia (Ferreira 2010).

Muitas das situações de perigo não requerem medidas formais, sendo preferível resolver as situações na comunidade, estabelecendo um plano de intervenção com a família, de modo a que o menor seja protegido e se cesse a situação de perigo (Gomes 2010).

Cabe a todos, incluindo à escola, o dever de colaborar com o trabalho das comissões para melhorar a proteção dos menores (art.º 13 da Lei 147/99, de 1 de setembro). Os apoios físicos das comissões são da responsabilidade dos municípios, em cooperação com a CNPCJR (art.º 14 da Lei 147/99, de 1 de setembro). Estas entidades podem assumir papéis distintos no decorrer dos processos, operando como sinalizadoras, entidades de acompanhamento ou ambas.

O elo de ligação entre as diversas entidades são as CPCJ, uma vez que têm o papel de garantir a interligação e articulação entre os diferentes intervenientes.

As escolas funcionam essencialmente como sinalizadoras das situações de perigo e acompanham bastantes vezes os casos, realizam também os relatórios fornecedores de informações relevantes sobre o menor, pertinentes para a avaliação da situação.

Quanto mais próximas estiverem das comunidades que apoiam, mais adequada será a sua intervenção por ter maior capacidade de sinalizar as situações adversas, por isso é fundamental envolver e implementar a responsabilidade comunitária.

É essencial que a comunidade tome consciência deste tipo de problemáticas e que tome também uma atitude de alteração de mentalidades de forma a sensibilizar os cidadãos a estar atentos e adotar estratégias de prevenção, que façam diferença, tanto na alteração de comportamentos desajustados como no sentido de instruir indivíduos.

CAPÍTULO II – PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

1. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

A investigação é um método de aquisição de novos conhecimentos, sendo que a sua definição encerra a noção de rigor e de sistematização e permite novos conhecimentos pelo desenvolvimento da teoria ou pela verificação da teoria (Fortin, 2000).

Segundo Quivy e Campenhautd (1992) uma boa pergunta de partida deve ser precisa, unívoca, concisa, realista e, por fim, pertinente. Assim sendo, tornou-se necessário definir a seguinte questão de estudo: Quais as dinâmicas e desafios da escola perante crianças e jovens em risco e como podem contribuir para a organização de um questionário de caracterização da problemática e identificação de estratégias preventivas?

Depois de definida a questão de estudo da investigação é-nos permitido passar à definição dos objetivos a alcançar, tendo como fundamento Lakatos e Marconi (2003) que defendem os objetivos gerais estão relacionados com uma perspetiva geral e ampla do tema. Tendo presentes estas considerações surgiram os dois grandes objetivos, a saber: desenvolver um estudo exploratório que visa a partir do recurso à entrevista analisar as dinâmicas e desafios colocados à escola e apresentar um protótipo de inquérito por questionário com base nos dados obtidos na investigação exploratória que permita um acesso mais imediato na caracterização e proposta de estratégias preventivas.

Dentro destes dois grandes objetivos gerais desenvolveram-se um conjunto de objetivos específicos. Relativamente ao primeiro objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos: identificar as situações de perigo mais frequentes no âmbito da caracterização; analisar possíveis causas e por último avaliar estratégias, respostas e medidas utilizadas no contexto escolar. No que concerne ao segundo objetivo geral, apontaram-se como objetivos específicos: identificar a estrutura do questionário a partir da análise categorial do estudo exploratório e também conceber um protótipo de questionário susceptível de ser usado em contexto escolar.

Tendo como base a opinião de Almeida e Freire (2008), que defendem que se torna necessário reunir, analisar, o melhor possível, o que já se conhece sobre o assunto, procedeu-se paralelamente à definição da questão de estudo e dos objetivos a uma pesquisa documental a livros, artigos de revistas científicas, dissertações de

mestrado e doutoramento e legislação, que estivessem relacionados, de alguma forma, com a questão de investigação previamente definida e com o seu objetivo geral, selecionando-se depois a informação mais relevante.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Definida a questão de estudo, assim como os objetivos e após o processo de pesquisa estar concluído, prosseguiu-se com a segunda fase do projeto. Delinearam-se métodos e técnicas a utilizar, selecionaram-se as fontes de dados e os sujeitos a entrevistar, ultrapassando as barreiras éticas.

Depois de analisadas as diferentes opções de metodologia a adotar, a escolhida foi a metodologia qualitativa, esta segundo Herman (1983 cit. por Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 2005) pode ser definida como um conjunto de diretrizes que orientam a investigação. Tendo a noção de que numa investigação existem várias escolhas que podem ser feitas, a adotada deve ter em consideração a questão de investigação e os objetivos do estudo. Assim optou-se pela abordagem qualitativa, que segundo Moreira (2007) parte do pressuposto básico de que o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus significados. A escolha tem a ver com a sua competência para responder ao problema específico da investigação. Para o autor, o que melhor define a abordagem qualitativa, talvez seja a descoberta, captação e reconstrução de significados, sendo que os métodos visam o estudo dos significados intersubjetivos, situados, construídos e usados (repetidos). Estes elegem formas flexíveis de captar a informação e recorrem basicamente a uma linguagem conceptual e metamórfica, estudam a vida social no seu próprio quadro natural sem a distorcer ou controlar e elegem a descrição densa e os conceitos compreensivos da linguagem simbólica.

A metodologia qualitativa tem vindo a ganhar importância nos últimos anos, uma vez que abarca uma maior análise e número de variáveis (Almeida & Freire 2008).

Segundo Souza e Moreira (2011), ao longo destas últimas décadas a subjetividade da análise de dados qualitativos passou de algo a ser evitado, a um fator de diversificação e riqueza de informação que necessita de ser compreendido e contextualizado.

Fortin (2000), aponta ser imprescindível a proteção das fontes, sendo o direito à confidencialidade respeitado se a identidade do sujeito não puder ser associada às respostas individuais. Assim, os indivíduos que participaram no estudo foram informados corretamente dos objetivos e finalidades do mesmo, entre as quais a finalidade da sua participação.

2.1. Participantes

Confinando-nos no presente projeto, definimos como população os profissionais (professores, técnicos e assistentes operacionais) que trabalham num agrupamento de escolas em contexto rural, tendo sido necessário, definir uma amostra num procedimento a partir do qual se obtém informação relevante acerca do objeto de estudo (Moreira 2007).

Tendo em conta os objetivos de estudo e o plano de investigação, optámos pela técnica de amostragem não probabilística por conveniência, uma vez que a amostra não foi realizada por acaso, tendo sido os participantes escolhidos em função da disponibilidade do entrevistador e dos participantes. Carmo e Ferreira (1998) chamam atenção para o facto deste tipo de amostras não poderem ser consideradas representativas da população. No entanto, segundo Vicente, Reis, e Ferrão (1996) esta pode ser aplicada com sucesso em situações nas quais se pretende captar ideias gerais, identificar aspetos críticos.

Remetendo-nos para o presente estudo, a nossa amostra foi constituída por 5 professores, entre os quais um de ensino especial, 4 assistentes operacionais e 1 psicólogo, perfazendo um total de 10 entrevistados essenciais para atingir os objetivos propostos. De salientar, que o psicólogo entrevistado é o único técnico existente no agrupamento de escolas e que apenas está a trabalhar a tempo parcial.

Tabela 1A – Categoria inerente aos aspectos próprios/caracterização profissional

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Funções	Professor	4	40
	Professor de Ensino Especial	1	10
	Psicólogo	1	10
	Assistente Operacional	4	40
Habilitações	12.º ano	4	40
	Licenciatura	4	40
	Mestrado	1	10
	Doutoramento	1	10
Tempo de serviço em meio escolar]0,10]	1	10
]10, 20]	6	60
]20,30]	3	30

Relativamente aos profissionais entrevistados que trabalham em contexto escolar e no respeitante à formação profissional de base, a maioria (6) possui formação superior, sendo que 40% tem apenas o 12.º ano de escolaridade.

No que concerne ao tempo de experiência dos indivíduos na área da Educação, a mesma varia entre 4 anos e meio e 29 anos, sendo que foram agrupados

em intervalos de 10 em 10 anos. Assim verificamos que 60% (6) dos sujeitos possuem entre 10 e 20 anos de tempo de serviço, 30% (3) entre 20 e 30 anos e apenas 10% (1) possui experiência com menos de 10 anos.

2.2. Instrumentos

De forma a realizarmos este estudo qualitativo e a recolher a informação necessária optou-se por entrevistas semiestruturadas. Denzin (1979, cit. por Moreira, 2007) declara que a entrevista semiestruturada é caracterizada pelo emprego de uma lista de perguntas ordenadas (de forma a alcançar um contexto equivalente) e redigidas (de forma a deterem o mesmo significado) por igual para todos os participantes, contudo de resposta livre e aberta. Aponta ainda que todas as questões devem ser comparáveis no caso de surgirem diferenças entre entrevistas e estas se possam atribuir a variações reais de resposta e não ao instrumento de pesquisa. Recorremos a este tipo de entrevista, pois embora o entrevistador tenha em sua posse o guião a seguir, existem determinadas questões que se fazem sempre e tem assim liberdade para alternar a sua sequência e ainda acrescentar novas perguntas. Quivy e Campenhoudt (1992) defendem a adaptação do instrumento de pesquisa ao nível da compreensão e receptibilidade do entrevistado. O guião da entrevista semiestruturada (Anexo A) foi elaborado intencionalmente para este projeto, sendo constituído por 23 questões, com linguagem clara e objetiva. Para esse efeito, foi estruturado (Anexo B) num total de 5 blocos e criadas para cada um deles um conjunto de perguntas. Possui questões abertas, algumas questões fechadas e objetivas ligadas a aspetos essenciais de pesquisa.

2.3. Procedimento

Efetuamos vários procedimentos para a realização desta investigação. Numa primeira fase, foram estabelecidos contatos presenciais, telefonicamente e enviado um *email* a um dos participantes. Dos 11 contatos feitos, 10 sujeitos deram consentimento informado a este pedido. A seguir à resposta favorável dos sujeitos, foram agendadas as entrevistas tendo em conta a disponibilidades dos entrevistados.

Antes da realização da entrevista, foram apresentados os objectivos, ressaltando a confidencialidade, e proteção da identidade. Foi pedida a autorização de

utilização de um gravador, informando os participantes de que a gravação seria apenas para a transcrição da entrevista.

Cada uma das entrevistas individuais teve duração aproximada entre 30 e 50 minutos e decorreram numa sala onde estiveram presentes apenas o entrevistador e o entrevistado. Decorreram durante os meses de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015.

2.4. Processo de análise dos dados

Após terem sido recolhidos os dados e transcritas as entrevistas, foi organizada a informação recolhida de forma a facilitar a assimilação do seu significado e procedeu-se à análise de conteúdo. A análise de conteúdo, segundo defende Bardin (2004) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando conseguir através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos respeitantes às condições de produção/recepção destas mensagens.

Foram definidas e organizadas várias dimensões, categorias e subcategorias apoiada nas orientações explanadas por Bardin (2004). Segundo o autor, estas categorias são classes que aglutinam um grupo de elementos, tendo em conta os caracteres comuns desses elementos e a sua codificação tem como objetivo facultar uma representação simplificada dos dados brutos. Neste caso, as dimensões, categorias e subcategorias são emergentes na medida em que resultaram da análise de conteúdo das entrevistas..

Nesta fase do estudo, através da análise cuidadosa do discurso dos sujeitos que participaram no nosso estudo, e tendo em consideração o nosso quadro teórico, procedemos à análise do conteúdo das entrevistas, por categorização emergente.

A metodologia adotada requer uma compreensão dos contextos em torno dos dados qualitativos, o que é algo complexo e de difícil delimitação, no entanto, para essa tarefa, atualmente existem um conjunto de ferramentas tecnológicas que apoiam e potenciam a qualidade da análise (Souza, Costa, & Moreira, 2011).

Neste projeto foi utilizado o programa QSR Nvivo 10 (programa informático de análise de dados qualitativos), um *Software* criado com intuito de auxiliar o investigador a trabalhar com dados não numéricos e não estruturados em análise qualitativa (Anexo C).

3. RESULTADOS

3.1. Apresentação dos resultados

Remetendo-nos ao projeto de investigação, as dimensões, as categorias e subcategorias aparecem em itálico ou em tabelas. Destacamos as categorias e subcategorias mais relevantes para a investigação, evidenciando alguns dos seus indicadores sempre que essa informação seja pertinente (os quais estão representados graficamente). São igualmente apresentados alguns excertos das expressões dos entrevistados.

Através da análise de conteúdo das 10 entrevistas foram definidas 5 dimensões, definidas inicialmente como blocos (guião da entrevista), agrupando-se as categorias e subcategorias comuns, tendo estas atingido um total de 357 registos.

Tabela 2 – Dimensões e respetivas categorias resultantes da análise de conteúdo

Dimensões	Categorias	N.º de referência	%
Aspetos próprios/caracterização profissional	Funções Habilitações	30	8,4
	Tempo de serviço em meio escolar		
	Tipos de problemáticas sinalizadas		
	Quantidade de casos		
Situações de risco ou de perigo	Facilidade de identificação	135	37,8
	Situações de risco evitam situações mais graves		
	Sinais e características apresentadas		
Causa e fatores associados ao perigo (Diagnóstico e acompanhamento)	Características das famílias sinalizadas		
	Causas	72	20,2
Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	Equipa multidisciplinar		
	Recursos humanos	30	8,4
	Verbas		
	Papel da escola		
	Fragilidades apontadas na identificação das problemáticas		
	Dificuldades encontradas na resolução destas situações		
Dificuldades e potencialidades na identificação/acompanhamento	Programas de prevenção e de intervenção na escola	90	25,2
	Estratégias e linhas de prevenção		
	Preparação dos professores para estas problemáticas		
	Esclarecimento e sensibilização da comunidade acerca da amplitude da problemática		
	Total de referência	357	100

No sentido de perceber os desafios e dinâmicas associados às situações de risco e de perigo que a escola abarca, começamos por fazer uma análise global da

tabela 2, onde constam as 5 dimensões e as respetivas categorias. Assim, pode verificar-se que relativamente à dimensão *Situações de risco ou de perigo*, foi feita referência pelos participantes 135 situações de risco ou de perigo. A dimensão *Dificuldades e potencialidades na identificação/acompanhamento* foi referenciada 90 vezes. A dimensão *Causa e fatores associados ao perigo (Diagnóstico e acompanhamento)* foi mencionada 72 vezes. Com 30 referências respetivamente foram mencionadas cada uma das dimensões relacionadas com os *Aspetos próprios/caracterização profissional* e as *Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)*.

Seguidamente foram analisadas ao pormenor, as categorias e as subcategorias, assim como a análise mais pormenorizada de alguns indicadores dentro das subcategorias sempre que estes ajudem a perceber melhor quais os nichos a focalizar numa prevenção ou intervenção.

3.1.1. Situações de risco ou perigo

Uma vez que a análise dos *aspetos próprios/caracterização profissional* já se encontra acima no ponto referente aos participantes passou-se à análise da dimensão número 2, subdividida em 5 categorias: *tipos de problemáticas sinalizadas; quantidade de casos; facilidade de identificação dos casos, perceber se as situações de risco identificadas evitam situações mais graves e sinais e características apresentadas pelas vítimas.*

Tabela 3A – Categoria inerente às situações de risco ou perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Tipos de problemáticas sinalizadas	Maus-tratos físicos	10	14,1
	Maus-tratos psicológicos	7	9,9
	Negligência	7	9,9
	Abuso sexual	5	7
	Absentismo escolar	2	2,8
	Exposição a comportamentos dos cuidadores	14	19,7
	Comportamentos assumidos pelo menor	29	36,6
	Total de referência	74	100

Os participantes apontaram diferentes tipos de problemáticas sinalizadas na escola, estas foram subdivididos nas 7 subcategorias apresentadas na tabela 3A. Destas subcategorias destaca-se com 29 referências (36,6%) alusivas a *Comportamentos assumidos pelo menor* seguida da *Exposição a comportamentos por parte dos cuidadores* com 14 referências (19,7%), os *Maus-tratos físicos* aparecem em terceiro lugar com 10 referências (14,1%), seguidos dos *Maus-tratos psicológicos* e a

Negligência (ex.: “negligência: muitos casos de falta de higiene e crianças de etnia cigana com muitas carências”) com 7 referências cada (9,9%), por fim aparecem os casos de abusos sexuais (ex.: “Tem havido também algumas sinalizações de abusos sexuais”) com 5 referências (7%) e o *Absentismo escolar* com 2 (2,8%).

Devido à diversidade de indicadores apontados nas entrevistas nas duas últimas subcategorias achamos pertinente indicar graficamente a sua distribuição.

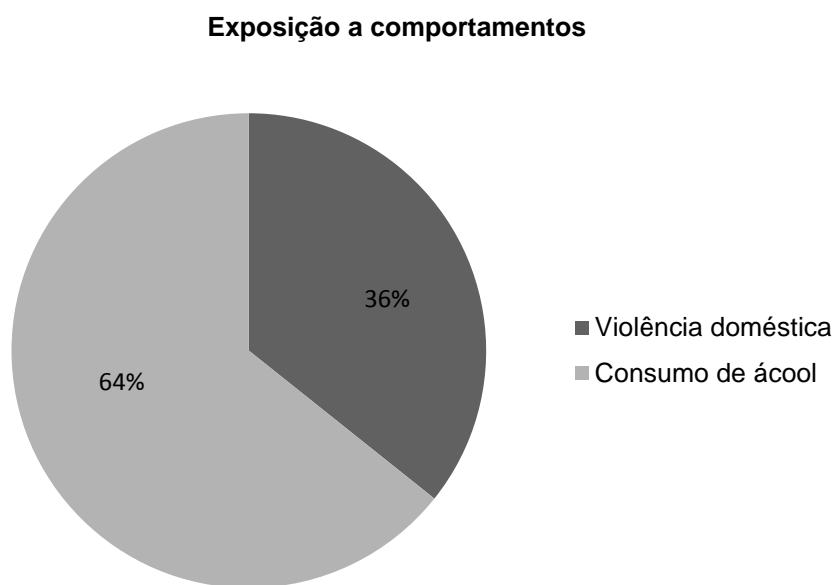


Figura 1 – Subcategorias inerentes às situações de risco ou perigo

Assim, facilmente se percebe que da *Exposição a comportamentos por parte dos cuidadores* 64,3% (9) corresponde a hábitos enraizados de *Consumo de álcool* e 35,7% (5) se deve à vivência em ambientes com *Violência doméstica* (ex.: “pais com sérios problemas de alcoolismo”, “casos de violência doméstica, esta última reflete-se no comportamento dos filhos”).

Comportamentos assumidos pelo menor

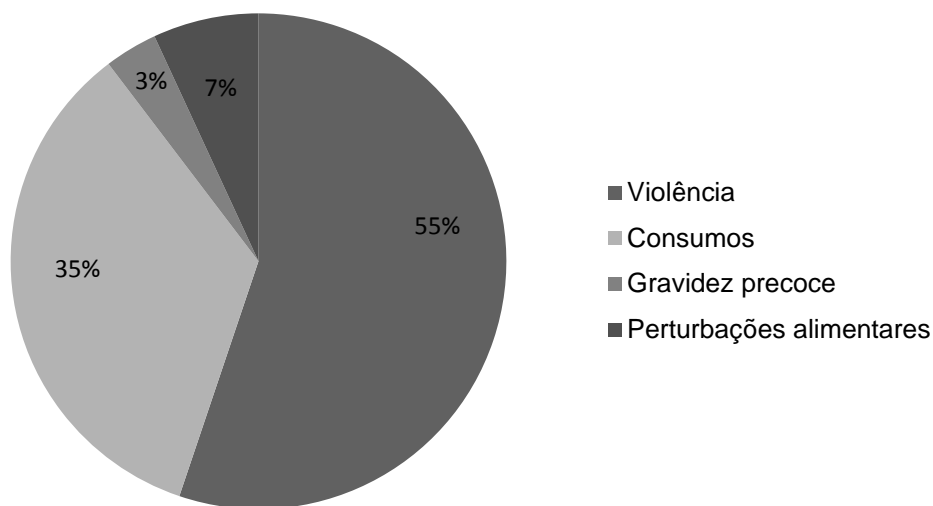


Figura 1 - Subcategorias inerentes às situações de risco ou perigo

No que concerne aos *Comportamentos assumidos pelo menor* (ex.: “Jovens a ingressar pelo caminho do álcool e das drogas leves”, “Têm aumentado cada vez mais os casos de violência no namoro”, “Perturbações alimentares”, “suspeitas de gravidez sucessivas”, “violência de jovens contra pais e avós”, “Bullying”, “violência entre pares”), a *Violência* surge em primeiro lugar com 55,2% (16), seguido dos *Consumos* (álcool e/ou outras drogas) com 34,5% (10) e por fim à referência a *Perturbações alimentares* com 6,9% (2) e *Gravidez precoce* com 3,4% (1).

Tabela 3B – Categoria inerente às situações de risco ou perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Quantidade de casos	Poucos	2	20
	Muitos	8	80
	Total de referência	10	100

Através da tabela 3B verificamos que muito mais de metade dos entrevistados, 80% (8) afirmam quem existem *Muitos* casos de maus-tratos na escola e apenas 20% (2) proferem que são *Poucos*. (ex.: “Sim, neste agrupamento existem muitos casos de situações de risco.”, “Existem alguns, esta zona não é uma exceção”).

Tabela 3C – Categoria inerente às situações de risco ou perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Facilidade de identificação dos casos	Sempre fácil	2	20
	Depende	7	70
	Nada fácil	1	10
	Total de referência	10	100

Pela tabela 3C, verificamos que para a opção de resposta *Depende* do caso, as respostas obtidas foram de 70% (7), 20% têm a noção de que a identificação dos casos é *Fácil* e apenas 10% (1) refere que não *Nada é fácil*. (ex.: “Às vezes sim, outras vezes não. Muitas vezes é através dos diretores de turma, quando estes se apercebem da situação ou através de algum colega que faça queixa.”, “Nem sempre é fácil, muitas das vezes apenas conseguimos perceber quando nos deparamos com comportamentos desviantes dos alunos”).

Tabela 3D – Categoria inerente às situações de risco ou perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
As situações de risco identificadas evitam situações mais graves	Sim	3	30
	Tentamos que sim	5	50
	Nem sempre	2	20
	Total de referência	10	100

Para esta categoria, a tabela 3D averiguamos que os resultados referentes à questão *as situações de risco identificadas evitam situações mais graves*, 50% (5) dos entrevistados destacaram que fazem o possível para que isso aconteça, 30% (3) assinalam que *Sim* e 20% (2) diz que *Nem sempre* isso acontece.

Tabela 3E – Categoria inerente às situações de risco ou perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Sinais e características apresentadas	Comportamentos de oposição	12	38,7
	Respostas emocionais	14	45,2
	Insucesso escolar	1	3,2
	Aparência física	4	12,9
	Total de referência	31	100

Quanto aos *Sinais e características apresentadas* pelas crianças/jovens de suspeita de maus-tratos. Verificamos que todos os entrevistados apontam poderem apresentar *Comportamentos de oposição* com 38,7% (12), no entanto, as *Respostas emocionais* embora não tenham sido indicadas por todas as fontes têm quase metade da percentagem total de nomeações com 45,2% (14), alguns 12,9% (4) indicam a *Aparência física* (magreza, cansaço ou apresentar-se suja ou com roupa desadequada à época), por fim, apenas 1 entrevistado apontou o *Insucesso escolar* como evidência da problemática com 3,2%. (ex.: “A maior parte das vezes comportamentos

disruptivos, oposição, rejeição, agressividade, essencialmente esse tipo de comportamentos.”, “cada um reage à sua maneira, no entanto, a maioria das vezes apresentam-se apáticos, tristes ou o comportamento contrário, são nervosos e agressivos.”)

Achamos pertinente detalhar as subcategorias com maior percentagem, *comportamentos de oposição* e *respostas emocionais* apontando diferentes indicadores dentro das mesmas, os quais foram representados graficamente abaixo.

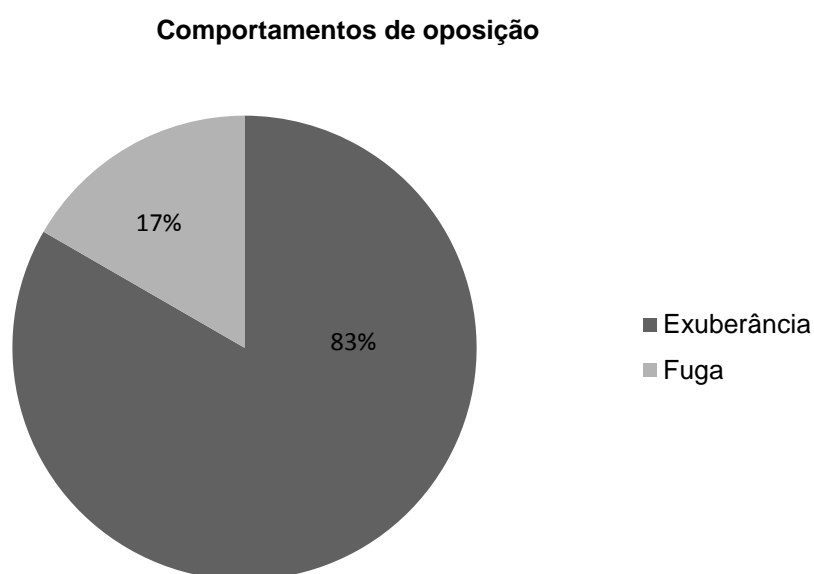


Figura 2 - Subcategorias inerentes aos sinais e características apresentadas

Assim, podemos observar que 83,3% (10) dos *Comportamentos de oposição* estão relacionados com a *Exuberância* do menor (agressividade, rebeldia, revolta, entre outros). Outro aspeto importante é a percepção de que todas as fontes indicaram a *Exuberância* como um sinal ou característica dos alunos em situações de perigo. Por outro lado, esta subcategoria pode também ter como indicador comportamentos opostos, tais como a *Fuga* (isolamento e desmotivação, entre outros), tendo tido uma percentagem de 16,7% (2).

Respostas emocionais

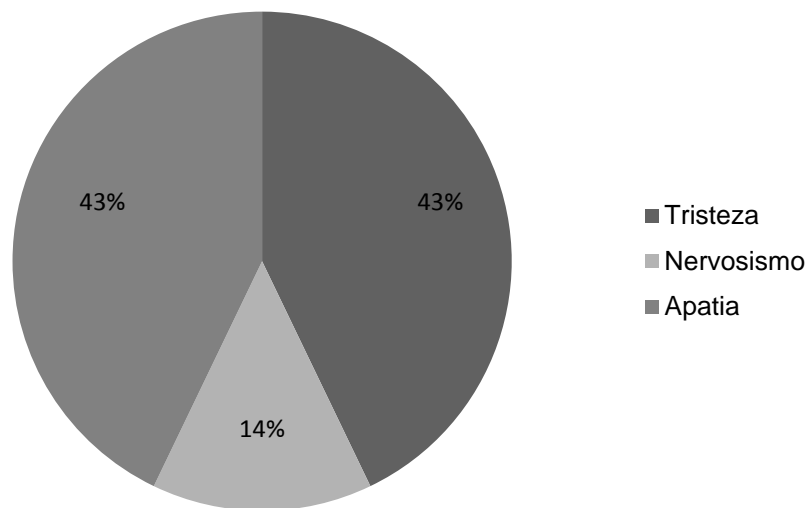


Figura 3 - Subcategorias inerentes aos sinais e características apresentadas

Relativamente às *Respostas emocionais*, subdividimos em três indicadores: *Tristeza*, *Nervosismo* e *Apatia*. A *Tristeza* e a *Apatia* apresentam ambas 42,9% (6) e o *Nervosismo* apenas 14,2% (2).

3.1.2. Causas e fatores associados ao perigo

A dimensão número 3 *Causas e fatores associados ao perigo*, subdividida em 2 categorias: *características das famílias sinalizadas* e *causas*. Esta dimensão aponta aspetos de como são reconhecidas este tipo de famílias e apresenta informação sobre como os diferentes fatores de risco podem comprometer o bem-estar do adolescente.

Tabela 4A – Categoria inerente a causa e fatores associados ao perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Características das famílias sinalizadas	Multidesafiadas	10	66,6
	Reduzido grau de instrução	4	26,7
	Multiculturais	1	6,7
	Total de referência	15	100

No conjunto de subcategorias encontradas para a categoria *Características das famílias sinalizadas*, a designação *Multidesafiadas* é referida por todas as fontes, é a característica mais mencionada com mais de metade da percentagem 66,6% (10), 26,7% (4) indicam as famílias com *Reduzido grau de instrução* e 6,7% (1) apontam

as famílias *Multiculturais* associadas a fatores de perigo. (“São famílias multidesafiadas, é o termos técnico para estas famílias.”, “Disfuncionais; com falta de formação; muitas até têm formação mas têm pobreza de espírito.”)

Tabela 4B – Categoria inerente a causa e fatores associados ao perigo

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Causas	Fatores económicos e sociais	14	24,6
	Parentalidade	39	68,4
	Inerentes à criança/jovem	4	7
	Total de referência	57	100

A presença de problemas em casa ou com a família foi o fator de risco mais frequentemente mencionado ao nível da categoria *Causas*. Os conflitos familiares estão aqui representados com mais de metade da percentagem 68,4% (39), tendo sido apontado por todas as fontes e denominou-se como a subcategoria *Parentalidade*. Com 24,6% (14) surge a subcategoria *Fatores económicos e sociais*, esta inclui as dificuldades financeiras sentidas pelos menores como um problema. 7% (4) estão *Inerentes à própria crianças/jovem*.

Estas subcategorias possuem diversos indicadores inerentes, os quais foram também analisados e estão apresentados nos gráficos abaixo.

Fatores económicos e sociais

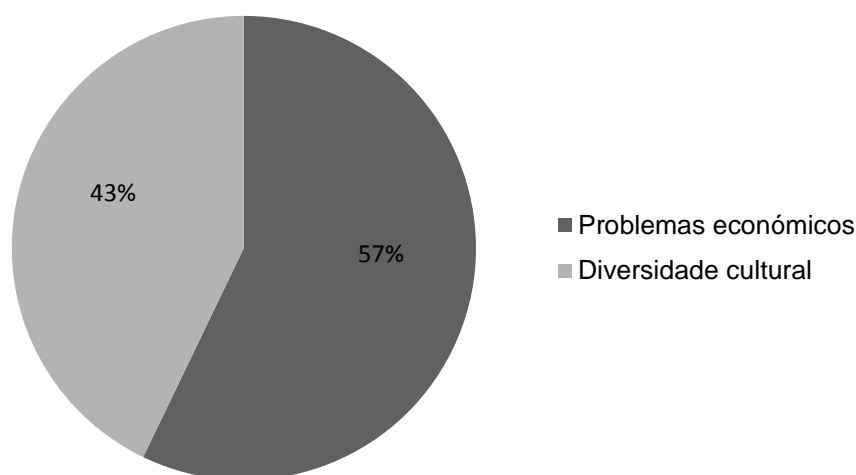


Figura 4 - Subcategorias inerentes às causas

Assim, na subcategoria *Fatores econômicas e sociais* estão incluídas indicadores como: *Problemas econômicos* (como pobreza, crise e desemprego) os quais abrangeram 57,1% (8) e *Diversidade cultural* (etnias e multiculturas) com 42,9% (6). (ex.: Por norma pessoas pobres carência em termos econômicos e mentais”, “Nesta zona há também muitas etnias”).

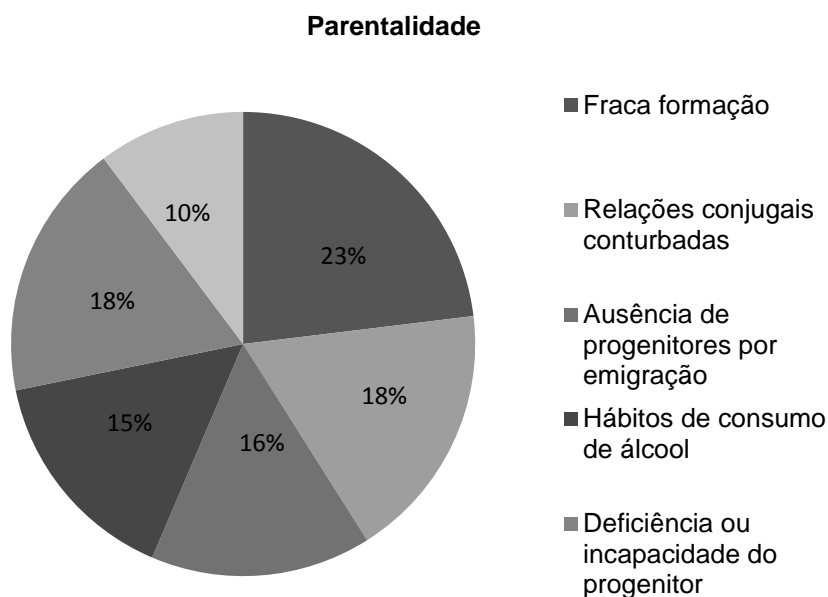


Figura 5 - Subcategorias inerentes às causas

A segunda subcategoria intrínseca à *Parentalidade*, inclui indicadores como: *Fraca formação*; *Relações conjugais conturbadas*; *Ausência de progenitores por emigração*; *Hábitos de consumo abusivo de álcool*; *Deficiência ou incapacidade do progenitor e falta de tempo dos mesmos* (ex.: “falta de formação, falta de valores para transmitir aos filhos”, “a violência doméstica, a falta de formação e de educação, problemas cognitivos dos pais, ultimamente muitos casos de pais emigrantes”, “pais demasiado jovens, falta de humildade, divórcios”).

Com maior número de referências aparece relacionada com a *Fraca formação dos progenitores* com 23,1% (9), de seguida aparecem com o mesmo número de referências *Relações conjugais conturbadas* e *Deficiência ou incapacidade do progenitor* com 17,9% (7), logo seguidos de indicadores ligados à *Ausência de progenitores por emigração* e *Hábitos de consumo de álcool* abusivo com 15,4% (6) e com 10,3% (4) surge o indicador relativo à *Falta de tempo* que os pais ou responsáveis têm para com os menores.

Inerentes à criança/jovem

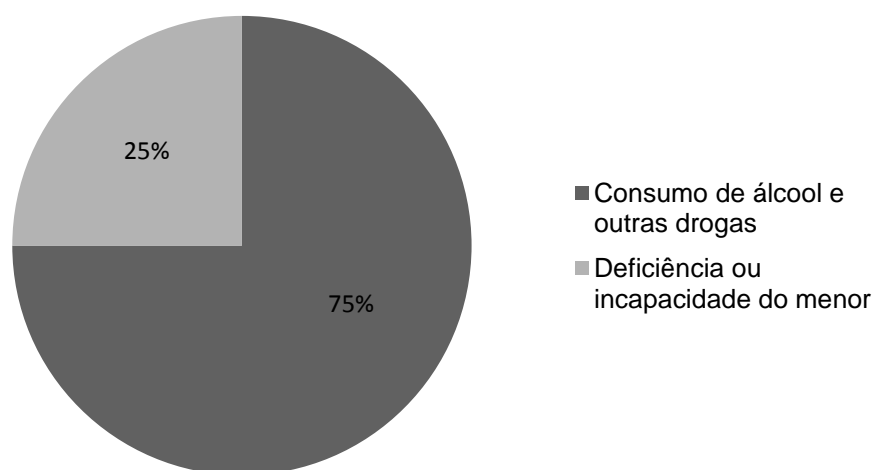


Figura 6 - Subcategorias inerentes às causas

No que concerne à subcategoria coligada a causas *Inerentes à criança/jovem*, esta engloba indicadores relativos a *Consumo de álcool e outras drogas* e a *Deficiência ou incapacidade do menor*. A primeira abarca 75% (3) e a segunda 25% (1). (ex.: “menores que já consomem álcool e outras drogas.”, “existência de deficiência nos progenitores ou filhos”).

3.1.3. Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

Esta dimensão foi distribuída pelas categorias relacionadas com as *Equipas multidisciplinares*, os *Recursos humanos, verbas* e *Entidades que colaboram com a escola*.

Tabela 5A – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Equipa multidisciplinar	Existe	2	20
	Não existe	2	20
	Existe, mas não é específica para estes casos	6	60
	Total de referência	10	100

Numa primeira instância, relativamente à dimensão *Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)*, achamos adequado o levantamento da existência de equipa multidisciplinar na escola que atua na problemática dos maus-tratos, os resultados apresentados na tabela acima indicam que 60% (6) participantes dizem que existir uma equipa multidisciplinar na escola, no entanto, essa mesma equipa *Existe, mas não é específica para estes casos*; 20% (2) dizem que sim *Existe* e outros 20% (2) dizem que *Não existe*. (ex.: “Não. Existe uma equipa multidisciplinar na escola para os problemas de disciplina e indisciplina”).

Tabela 5B – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Recursos humanos	São suficientes	1	10
	Não são suficientes	9	90
	Total de referência	10	100

Martins (2004) enuncia fragilidades relacionadas com a falta de respostas (por parte de algumas instituições) e de recursos (programas, recursos logísticos e materiais, recursos humanos).

A falta de recursos e apoios na escola poderão constituir também um obstáculo, assim foi analisada a existência dos mesmos. Assim, 90% (9) dos sujeitos entrevistados declaram que os *Recursos humanos* existentes *Não são suficientes* para a realização de um trabalho ajustado e apenas 10% (1) dizem ser *Suficientes*. (ex.: “Não. Estou cá a meio tempo, não há assistente social, nem mais nenhum técnico a não ser os da comunidade como enfermeiros entre outros.”, “faltam professores, faltam mais psicólogos, faltam assistentes operacionais com formação específica e era importante existir na escola técnicos de intervenção para aplicar estratégias mais eficientes”).

Tabela 5C – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Verbas	Não existem	8	80
	Existem algumas, mas não são apenas para estes casos	2	20
	Total de referência	10	100

No respeitante às *Verbas* existentes para estes casos, 80% (8) dos sujeitos dizem que *Não existem* devido aos cortes cada vez maiores que se verificam nas escolas, mas 20% (2) indicam que *Existem algumas*, no entanto, as que existem não

são exclusivamente para este fim. (“Não tenho conhecimento”, “Não, não existem mesmo, sentimos essencialmente falta de respostas, nós não temos respostas”).

Tabela 5D – Categoria inerente às respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Entidades que colaboram com a escola	Município	8	22,2
	Saúde	7	19,4
	Forças de segurança	8	22,2
	Associação de pais	1	2,8
	Serviços sociais	10	27,8
	Empresas	2	5,6
Total de referência		36	100

Relativamente às *Entidades que colaboram com a escola*, verifica-se que existe uma preocupação neste sentido, uma vez que existe diferentes entidades referidas como é o caso dos *Serviços sociais* que parece com 27,8% (10), seguida do *Município* e das *Forças de segurança* cada uma com 22,2% (8), por sua vez, à área da *Saúde* aparece um pouco mais abaixo com 19,4% (7) e menos vezes forma referidas as *Empresas* e as *Associações de pais*, com 5,6% (2) e 2,8% (1) respetivamente. (ex.: “a Santa Casa de Misericórdia em algumas situações”, “Câmara municipal”, “O Centro de saúde, temos enfermeiros que se deslocam à escola”, “a Escola Segura”, “algumas empresas”).

3.1.4. Dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Procurando conhecer as dinâmicas escolares no respeitante a estas problemáticas, assim como as fragilidades, passou-se à análise da dimensão número 5 *Dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos*, esta foi dividida em 7 categorias: *Papel da escola*, *Fragilidades apontadas na identificação das problemáticas*, *Dificuldades encontradas na resolução destas situações*, *Programa de prevenção e de intervenção na escola*, *Preparação dos professores para estas problemáticas* e *Esclarecimento e sensibilização da comunidade acerca da amplitude da problemática*.

Tabela 6A – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Papel da escola	Fonte de informação	1	9
	Preventivo	5	45,5
	Interventivo	5	45,5
	Total de referência	11	100

Para os participantes deste estudo a categoria *Papel da escola* foi dividida em três subcategorias, das quais as mais referenciadas ostentam a mesma percentagem 45,5% (5) sendo eles o papel *Preventivo* e *Interventivo* foi ainda apontado por um dos entrevistados de que a escola é também uma entidade *Fonte de informação* com 9% (1). (ex.: “A escola tem o dever de ajudar e proteger os seus alunos”, “um papel muito importante, identifica os casos e tenta acompanha-los, embora por vezes com algumas lacunas por falta de recursos ou por falta de estratégias.”)

Tabela 6B – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Fragilidades apontadas na identificação das problemáticas	Dificuldades de gestão	4	36,4
	Ausência de recursos	7	63,6
	Total de referência	11	100

Focando-nos na categoria *Fragilidades apontadas na identificação das problemáticas*, esta reúne as subcategorias relativas a *Ausência de recursos* (humanos e materiais) com 63,6% (7) e a aspetos de *Dificuldades de gestão* (medidas, organização, definição de objetivos claros, entre outros) com 36,4% (4). (ex.: “Falta de pessoas com formação específica para detetar e acompanhar esses casos” “Vamos fazendo por intuição, sensibilidade e com base na experiência adquirida ao longo dos anos.”, “falta de partilha de ideias e estratégias”).

Tabela 6C – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Dificuldades encontradas na resolução destas situações	Ausência de profissionais qualificados	5	27,8
	Reações de resistência dos menores	4	22,2
	Reações de resistência da família	6	33,3
	Gestão interna	3	16,7
	Total de referência	18	100

Procurando conhecer a categoria *Dificuldades na resolução destas situações*, lançou-se o desafio aos participantes de analisarem e indicarem os mesmos, assim a

subcategoria mais referenciada com 33,3% (6) foi a *Reações de resistência da família* relacionados com a falta de objetivos por parte da família, resistência à mudança ou falta de cooperação. Seguidamente aparece com 27,8% (5) a *Ausência de profissionais qualificados* na escola para estas situações, logo de seguida desponta com 22,2% (4) as *Reações de resistência dos menores*, com comportamentos inadequados face aos profissionais, vergonha, medo e desconfiança e por fim a subcategoria *Gestão interna* da escola com dificuldades de gestão do tempo, falta de recursos e de estratégias assertivas, tendo sido apontada por 3 entrevistados com a 16,7%. (ex.: “dificuldade de chegar às famílias”, “O tempo, não temos tempo nem equipa para fazer intervenção.”, “Um psicólogo escolar está muito ligado à avaliação psicológica portanto avalia, faz o diagnóstico mas depois não tem rede de suporte para dar encaminhamento a estas situações.”, “Desconfiança, a vergonha, o medo”).

Tabela 6D – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Programa de prevenção e de intervenção na escola	Existem	1	10
	Não tenho conhecimento	3	30
	Não, não existem específicos para esta problemática	6	60
	Total de referência	10	100

Os resultados desta categoria revelam que 60% (6) dos sujeitos defendem *Não existem* programas de prevenção e de intervenção na escola específicos para esta problemática, 30% (3) *Não têm conhecimento* de nenhum programa e 10% (1) ou seja, diz *Existir*. (ex.: “Não, programa específico para crianças e jovens em risco não existe.”).

Tabela 6E – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Estratégias e linhas de prevenção	Recursos humanos especializados	5	25
	Formação de pais e profissionais	7	35
	Tutorias	1	5
	Gestão e parcerias	4	20
	Espaços físicos de apoio a pais e alunos	1	5
	Atividades de prevenção em geral não especificadas	2	10
	Total de referência	20	100

Tendo em consideração a categoria *Estratégias e linhas de prevenção*, os participantes apontaram algumas estratégias de forma a conseguir lidar com estes

obstáculos e desafios, nomeadamente na articulação com outras entidades e profissionais e aposta na formação. Portanto, salienta-se com 35% (7) a apropriação de *Formação específica para pais e profissionais*, os *Recursos humanos especializados* são a segunda subcategoria mais apontada com 25% (5), seguida da pertinência de *Gestão e parcerias* (canalizar os poucos recursos existentes, e estabelecer redes de parcerias com entidades locais) com 20% (4), 10% (2) estão catalogadas como *Atividades de prevenção em geral não especificadas* e com 10% (1) as duas subcategorias *Tutorias* e *Espaços físicos de apoio a pais e alunos* (ex.: “Bastava que se aplicasse muito bem a Lei 51 que nós dávamos resposta a uma série de coisas, nomeadamente a constituição da equipa multidisciplinar que até pressupõe médico, assistente social e educador social, está na Lei.”).

Tabela 6F – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Preparação dos professores para estas problemáticas	Alguma	7	70
	Não estão	3	30
	Total de referência	10	100

De forma a conseguirmos chegar à seguinte conclusão relativamente à categoria *Preparação dos professores para estas problemáticas*, 70% (7) respondeu que estes têm *Alguma* preparação, no entanto 30% (3) respondeu que *Não estão* preparados. (ex.: “Nem sequer em muitos outros casos como em situações mais académicas e de aprendizagem, assim como de pedagogias diferenciadas, de algumas técnicas de intervenção em sala de aula, até mesmo técnicas simples comportamentais para gerir em sala de aula quanto mais em situações tão graves quanto estas.”, “Deveria haver na formação pós-graduada de professores, sensibilização e fornecimento de ferramentas para atuar em determinadas áreas.”).

Tabela 6G – Categoria inerente às dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento dos casos

Categoria	Subcategoria	N.º de referência	%
Esclarecimento e sensibilização da comunidade acerca da amplitude da problemática	Não está	8	80
	Nem todos estão	2	20
	Total de referência	10	100

Através da análise da tabela 6G, podemos contatar que 80% (8) dos sujeitos reconhecem que a comunidade *Não está* esclarecida nem sensibilizada acerca da amplitude destas problemáticas, 20% (2) citou que *Nem todos estão* (ex.: “Sentimos

que as pessoas sabem que existe mas não sabem que é tão sério e que isso vem para dentro da escola, às vezes, de uma forma brutal.”).

3.2. Discussão dos resultados

Feita a análise de conteúdo e depois de ter sido fragmentada e colocada a informação recolhida nos seus devidos lugares, segue-se o processo de discussão dos resultados. Aqui importa sintetizar e discutir os aspetos relevantes no panorama do presente projeto. Para manter a coerência com os objetivos definidos inicialmente, esta análise centra-se essencialmente nas ações, dinâmicas e desafios colocados à escola face a situações de menores em risco. Mais precisamente a identificação das situações de perigo mais frequentes no âmbito da caracterização, análise das causas e avaliação das estratégias, respostas e medidas usadas pela escola, entre as quais fica o papel da escola enquanto intermediária com outras entidades do meio local.

No que diz respeito à ação da escola, o mesmo é relativo ao seu funcionamento e às suas tipologias de intervenção face a situações problemáticas até si reportadas. Assim, através da análise dos dados verificou-se existir uma vasta panóplia de problemáticas sinalizadas, destacando-se os *Comportamentos assumidos pelos menores* (diferentes tipos de *Violência*, *Consumos*, *Gravidez precoce*, *Perturbações alimentares*) e a *Exposição a comportamentos dos cuidadores* (*Consumos* e *Violência doméstica*), sendo que, muitos destes menores vivenciam múltiplas formas de maus-tratos.

Os resultados apontam para que a maioria dos casos, os menores sinalizados pertencem a famílias *Multidesafiadas* (desestruturadas/disfuncionais), muitas com *Reduzido grau de instrução* ou ainda famílias *Multiculturais*.

As suas *causas* são diversas, verificando-se que grande percentagem advém, na opinião dos entrevistados, dos próprios pais/responsáveis (fraca formação, relações conjugais conturbadas, ausência de progenitores por emigração, hábitos de consumo de álcool, deficiência ou incapacidade do progenitor ou ainda falta de tempo). Devido a razões económicas muitos pais foram obrigados a emigrar deixando os filhos entregues aos avós que já não possuem as competências necessárias para orientar os netos. Muitos deles são jovens com algum dinheiro, mas com falta de orientação, o que leva a consumos e desorientação sexual.

A falta de tempo dos pais para com os filhos, muitas vezes associados ao emprego é outra *Causa* que pode levar ao afastamento entre os diversos elementos

da família e conseqüentemente à *Negligência* ou aos *Comportamentos assumidos pelo menor*.

O hábito de *Consumo de álcool* é outro aspeto que merece atenção, uma vez que nesta zona do interior do país é um costume bastante enraizado e que trás conseqüências nefastas para toda a família.

Já as *Relações conjugais conturbadas*, a *Fraca formação* ou *Deficiência ou incapacidade dos progenitores* traduz-se diretamente nos menores. Outras *Causas* estão ainda associadas a *Fatores económicos* ou a *Fatores sociais* (problemas económicos ou diversidade cultural). O próprio menor pode assumir comportamentos de risco, como inferência de outras causas ou não, tais como, o ingresso pelo *Consumo de álcool* e outras drogas ou por questões de *Deficiência ou incapacidade do menor*.

Face ao papel intermediário da escola, os profissionais entrevistados apontaram que esta deve ter um *Papel Informativo, Preventivo e Interventivo*. Para estes profissionais, a identificação dos casos até pode ser *Fácil* (dependendo do caso), uma vez que geralmente estes menores apresentam sinais e características de que algo está a ocorrer menos bem, entre as quais se destacaram as *Respostas emocionais* (tristeza, nervosismo, apatia) e os *Comportamentos de oposição* (agressividade, rebeldia ou o oposto como o isolamento). Já as respostas da escola a estes casos é que não são de todo fáceis de encontrar devido a um vasto conjunto de fatores e fragilidades da escola que dificultam a sua ação. A falta de *Recursos humanos* com formação especializada na área associada à falta de *Verbas* para estes casos específicos e à falta de preparação e sensibilização dos professores existentes na escola, assim como as dificuldades de *Gestão interna* da própria escola que abarca muitos outros domínios são inibidores de respostas. Domínios como a falta de rentabilização/aproveitamento dos recursos/parcerias locais existentes de forma a fazer um trabalho articulado com os diferentes profissionais existentes no meio local ou ainda a falta de definição de medidas/estratégias assim como a criação e implementação de *Programas de prevenção e de intervenção na escola* assertivos e adequados ao meio e a cada caso.

É essencial que se façam mais levantamentos deste tipo, no sentido de refletir no que deve ser o *Papel da escola* e repensar nas ações desenvolvidas por forma a que esta melhore a sua forma de atuar e se aproxime do que é desejável ajudando os seus alunos e as respetivas famílias, dando o seu contributo para a construção de uma sociedade mais equilibrada.

É fundamental que se criem *Equipas multidisciplinares* coesas com diferentes profissionais qualificados de forma a fazer um trabalho articulado e sequenciado. É importante que cada um consiga dar seguimento ao trabalho do outro.

Por fim constatamos de que a comunidade, ainda nos dias de hoje não está suficientemente esclarecida acerca destas problemáticas, é necessário que se criem mecanismos para uma comunidade proactiva ideal, uma comunidade que esteja atenta, que sinalize situações de risco e colabore positivamente numa perspetiva de encontrar soluções. Para tal, é necessário mais uma vez que instituições como a escola desenvolvam estratégias de sensibilização e envolvimento de toda a comunidade, uma vez que as medidas aplicadas para promover e proteger os menores são ou devem ser tendencialmente feitas no meio natural de vida do menor, junto da família e das suas referências habituais. Através dos dados da entrevista, percebe-se que muitos dos casos se devem a comportamentos desajustados por parte do contexto familiar, assim, uma das estratégias pode passar pelo trabalho realizado com as famílias proporcionando-lhes a aquisição de ferramentas essenciais e competências necessárias e ajustadas ao bem-estar das crianças/jovens.

3.3. Protótipo de inquérito: organização de um instrumento de recolha de dados sobre a problemática do risco em contexto escolar

Como previsto neste projeto e após a análise de conteúdo das entrevistas (análise categorial do estudo exploratório), procedeu-se à elaboração de um instrumento, protótipo de inquérito por questionário, no sentido de este poder ser usado em contexto escolar e contribuir para um melhor conhecimento da realidade. O questionário subdivide-se em cinco grandes grupos, de acordo com os blocos presentes no guião da entrevista: caracterização sociodemográfica; comportamentos e situações de risco em crianças e jovens; causas e fatores associados ao risco; respostas e recursos – prevenção, apoio e acompanhamento; dificuldades e potencialidades na identificação e acompanhamento. Usaram-se para o efeito as categorias emergentes da análise das entrevistas.

Através da informação recolhida deste inquérito poderá ser possível apontar estratégias ajustadas de prevenção e intervenção e progredir do ponto de vista organizacional prevenindo e baixando os números de casos de situações problemáticas e eliminar de forma positiva situações de perigo já existentes.

CONCLUSÃO

Ao longo do enquadramento teórico deste projeto foram mencionados pontos relativos a situações de maus-tratos, perigo e situações de risco sobre o ponto de vista da entidade escola, entre os quais: a diferente tipologia, sinais e sintomas associados; a relevância dos fatores de risco e proteção; uma abordagem à suspeita/detecção, sinalização, avaliação diagnóstico de situações de risco; as condições facilitadoras e inibidoras do papel dos profissionais e o tipo de relação entre a escola e as famílias detentoras de problemáticas. Ainda no enquadramento teórico foi abordado num segundo ponto estratégias de prevenção em situações de risco e de perigo, do qual estão presentes subpontos respeitantes: aos mecanismos de prevenção da escola em situações de risco/perigo; o papel da CPCJ e o tipo de articulação existente entre estas duas entidades.

Desta forma, no segundo capítulo tentou-se perceber e analisar a informação recolhida através de uma entrevista a diferentes profissionais a exercer funções em contexto escolar, com a expectativa de tentar perceber quais os desafios e dinâmicas associados às situações de risco e de perigo que a escola abarca, cumprindo-se o primeiro grande objetivo cujos dados se encontram descritos minuciosamente na apresentação e discussão dos resultados, assim como no anexo C.

Após a implementação deste projeto verifica-se a pertinência da implementação de um trabalho de prevenção e intervenção junto das crianças e respetivas famílias, integrado numa rede multidisciplinar constituída por diferentes profissionais que articulem entre si, não só no aspeto de sinalização mas também no acompanhamento, possibilitando uma maior probabilidade de eficácia na resolução e colmatação do perigo. Este estudo pode ser visto como uma oportunidade de repensar a forma de atuação da escola em situações de risco e de perigo e na sua interligação com a CPCJ. Urge a necessidade de repensar em novas perspetivas, utilizando os poucos recursos disponíveis e procurando parcerias locais que contribuam na resolução dos casos.

É importante que se delineiem estratégias bem definidas de detecção de situações de perigo, assim como, fatores de risco logo à entrada do menor na escola e que essa informação seja fornecida e trabalhada pelos diferentes profissionais, tendo as situações de risco um acompanhamento adequado. Contudo, esta não é uma tarefa fácil, uma vez que estas problemáticas encontram-se muitas vezes camufladas e encobertas.

É fundamental que, através da prevenção e da intervenção, se capacitem os menores com peculiaridades (detecção de capacidades e fatores de proteção) que lhes permitam ultrapassar os problemas emergentes.

Outra dificuldade e limitação com que a escola se depara deve-se à própria gestão interna das escolas, é um aspeto a melhorar pois é um facto de que há falta de profissionais a tempo inteiro nas escolas e há falta de recursos materiais. Assim sendo, a procura e a criação de parcerias com entidades locais torna-se uma atitude imprescindível, pois para além de estabelecer relações positivas de receptividade contribui para a implementação de atividades de apoio aos menores e às suas famílias potencia-se o bem-estar das mesmas e tira-se proveito dos recursos locais existentes. Para tal, deve ser estudada e ajustada a articulação entre as diferentes entidades para que se torne eficaz.

A falta de especialização dos profissionais que integram nas escolas continua a ser um ponto negativo que em muito dificulta a eficácia das intervenções. Investir em formação torna-se assim, um dos pontos fulcrais. Esta formação deve ser diversificada e deve abranger todos os profissionais atuantes em contexto escolar.

Em síntese, as intervenções com menores em risco devem ser iniciadas o mais cedo possível, envolver diversos profissionais e entidades e devem ser aplicadas estratégias diversificadas e assertivas. Será importante apostar na detecção e na tentativa de diminuição dos fatores de risco, assim como na promoção dos fatores de proteção. Faz todo o sentido, facilitar e desenvolver potencialidades individuais e coletivas nos menores e nas respetivas famílias.

Poderá ser interessante desenvolver este estudo no futuro no sentido de: *i)* testar o inquérito produzido nesta população, ou outras, e aferir da sua validade para o diagnóstico em meio escolar; *ii)* adaptar o inquérito a outros parceiros tais como forças de segurança e serviços de saúde; *iii)* desafiar a criação de programas de prevenção e intervenção que se centrem nas incapacidades e défices e consigam potencializar as competências dos alunos, da família e da comunidade em geral, tendo em conta a aplicação do instrumento proposto. Esses programas poderão estabelecer um ambiente colaborativo entre os diferentes profissionais, os alunos e as respetivas famílias, buscando recursos e centrando-se em aspetos de resiliência.

A elaboração do inquérito protótipo por questionário, com base nos dados da análise categorial do estudo exploratório, poderá pois ser um instrumento a usar em contexto escolar podendo contribuir para um melhor conhecimento da realidade e apontar estratégias ajustadas de prevenção e intervenção que possibilitem progredir

do ponto de vista organizacional prevenindo e baixando os números de casos de situações problemáticas, atenuando situações de perigo já existentes.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, V. (2013). *Conhecimento dos enfermeiros sobre a suspeita e deteção de maus-tratos na criança* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Enfermagem de Viseu, Viseu.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologias de Investigação em Psicologia e Educação* (5ª ed). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Anaut, M. (2005). *A resiliência - ultrapassar os traumatismos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Avelar, P. (2013). *Práticas de trabalho nas comissões de proteção de crianças e jovens: Modalidade alargada* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Azevedo, C., & Maia, C. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed). Lisboa: Edições 70.
- Batista, M. (2011). *Percepção dos técnicos relativamente à decisões tomadas pelas CPCJ e pelos Tribunais em relação a crianças e jovens em perigo* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.utad.pt/handle/10348/3225>
- Benavente, A. (1976). *A escola na sociedade de classes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Borges, B. (2007). *Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: comentário e anotações à Lei n.º 147/99 de 1 de setembro*. Coimbra: Almedina.
- Calheiros, M., & Monteiro, B. (2000). Maus-tratos e negligência parental: contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia Problemas e práticas*, 34, 145-176. Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/398>
- Campos, B. (1990). *Psicologia do desenvolvimento e da educação de jovens*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Canha, J. (2003). *Criança Maltratada - O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carpenter, B. (2007). The impetus for family-centred early childhood intervention. *Child: care, health and development*, 33, 6, 664-669.
- Coelho, F. (2012). *Um programa de educação parental na CPCJ de Torres Vedra* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5090>

- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2014). *Relatório anual de atividade das CPCJ 2013*. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf
- Cordeiro, M. (2012). *O Livro da criança do 1 aos 5 anos* (6ª ed). Lisboa: A esfera dos livros.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança – da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições Lda.
- Farromba, M. (2013). *Relações de Vinculação e Sucesso Escolar em Jovens Institucionalizados - Um desafio aos seus cuidadores* (Projeto de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/2118>
- Ferreira, J. (2010). Sistema de Proteção à Infância em Portugal – Uma Área de Intervenção e Estudo do Serviço Social. *Revista Katál*, 13 (2), 229-239.
- Figueiras, S. (2013). *As CPCJ como intermediários entre o Estado e a Sociedades* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:ria.ua.pt:10773/12319>
- Fortin, M. (2000). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (2ª ed). Loures: Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Gallardo, A. (1994). *Maus-Tratos à Criança*. Porto: Porto Editora.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores.
- Gomes, M. (2014). *Negligência Afetiva e Parentalidade: Contributo(s) de pais e crianças para a elaboração de um programa de prevenção do risco na infância* (Projeto de Mestrado). Escola Superior de educação de Viseu, Viseu.
- Gonçalves, A. (2013). *Menores em Risco: Um Estudo dos Processos de Intervenção* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/9234>
- Gonçalves, R., & Machado, C. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes - Vol.2 – Crianças*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Hockenberry, M., & Wilson, M. (2014). *Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica*. São Paulo: Elsevier Editora Ltda.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (s.d.). *Promoção dos Direitos das Crianças. Guia de orientações para os profissionais de acção social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*.
- Jardim, J., & Pereira, A. (2006). *Competências Pessoais e Sociais. Guia prático para a mudança positiva*. Porto: Edições ASA.

- Lakatos, E. & Marconi, M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, in Diário da República, 1ª Série- A, nº204 (1-9-1999).
Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
- Leitão, C. (2013). *Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco – Papel dos Profissionais para a Prevenção e Estratégias de Intervenção* (Projeto de Mestrado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.
- Leitão, C. (2013). *Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco – Papel dos Profissionais para a Prevenção e Estratégias de Intervenção* (Projeto de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1872/1/Projeto%20de%20MestradoCarla.pdf>
- Lessard-Hebert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lobo, F. (2015). *Código de Processo Penal - Anotado*. Coimbra: Edições Almedina.
- Magalhães, T. (2004). *Maus-tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Magalhães, T. (2005). *Maus-tratos em Crianças e Jovens: Guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens – Da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Edições Lidel.
- Maia, D., & Williams, A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Marcelino, E. (2014). *Trabalho Projeto Gabinete de Apoio à Criança e Família* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2665/1/Trabalho%20Projeto%20Final%20-%2027.2.1ccapa.pdf>
- Marques, A. (2013). *Programa de Educação Parental "(Re)Construir Famílias": um projeto de investigação-ação* (Projeto de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/1830>
- Martins, C. (2008). Maus-Tratos infantis: Prevenção, diagnóstico e intervenção. *Sinais vitais*, 78, 23-26. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20158>
- Martins, P. (2002). *Maus-tratos a Crianças – O Perfil de um Problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

- Martins, P. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços* (Tese de Doutoramento). Obtido de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3238/1/1.%20Parte%20te%C3%B3rica.pdf>
- Mendes, E. (2010). *Avaliação da qualidade em intervenção precoce – Práticas no distrito de Portalegre* (Tese de Doutoramento). Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53579/2/87608.pdf>
- Monteiro, R. (2010). *Direitos da Criança: Era uma vez....* Coimbra: Almedina.
- Moreira, C. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mota, P. (2012). *Estrutura e funcionamento familiar e risco de maus-tratos de crianças em famílias em desvantagem económica* (Dissertação de mestrado em Psicologia). Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/24284>
- Neiva, V. (2014). *Caracterização da abordagem dos técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens face à situação de perigo* (Dissertação de Mestrado). Obtido de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4285/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20em%20PJ_Vera%20Neiva%20pdf.pdf
- Neves, S. (2012). *Intervenção Psicológica e social com vítimas* (Vol. 1). Coimbra: Editora Almedina.
- Oliveira, J. (2002). *Psicologia da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Paixão, R. (2002). *Manual de Psicopatologia Infantil e Juvenil*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Pereira, B., & Pinto, A. (2001). *A escola e a criança em risco intervir para prevenir*. Lisboa: Edições Asa.
- Pimentel, A. (2012). *Famílias acompanhadas na comissão de protecção de crianças e jovens (CPCJ) de Valongo no ano de 2010: caracterização sociodemográfica, problemáticas e medidas aplicadas* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9296>
- Quivy, R. & Campenhaut, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Grávida.
- Ramos, T. (2009). *A Intervenção na Criança/Jovem em Risco - Um Percurso a Construir* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22134/3/TeseTniaRamos.pdf>

- Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco - Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco* (Doutoramento em Psicologia Clínica). Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/11781>
- Rodrigues, M. (2013). *Intervenções de enfermagem na abordagem da criança vítima de maus-tratos em contexto hospitalar* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Enfermagem de Viseu, Viseu.
- Sampaio, D., & Carvalho, M. (2011). *Crianças e Jovens em Risco – A família no centro da intervenção*. Cascais: Almedina.
- Santos, A. K. (2002). *A criança sobredotada na família e na escola*. Lisboa: Editorial Minerva.
- Santos, M. (2009). *A Intervenção do Serviço Social na Problemática dos Maus-tratos* (Licenciatura em Serviço Social). Obtido de <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1406/3/Monografia.pdf>
- Schoon, I. (2006). *Risk and Resilience – Adaptations in Changing Times*. Cambridge:
- Sereno, A. (2011). *Resiliência e adolescência: estudo da relação entre factores de resiliência e a qualidade de vida em adolescentes com deficiência motora* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3788>
- Simões, J. (2005). *Retrato Político da Saúde: dependência do percurso e inovação da saúde; da ideologia ao desempenho*. Coimbra: Almedina.
- Soriano, F. (2006). *Promoção e Protecção dos direitos das crianças: guia de orientações para os profissionais da saúde na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo*. Generalitat Valenciana edição.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Souza, F., Costa, A. & Moreira, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. *EDUSER: revista de educação*, 3(1), 1-12. Obtido de <http://hdl.handle.net/10198/5996>
- Tavares, M. (2013). *Histórias do passado contadas no presente: a percepção dos envolvidos face à implementação de medidas judiciais de promoção e protecção* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4035>
University Press.
- Varanda, A. (2011). *Cruzar olhares sobre a intervenção familiar integrada e precoce: família (s) em risco? Percepção das famílias multidesafiadas com crianças em idade pré-escolar em contextos de risco e dos técnicos que as acompanham*

acerca das suas necessidades e forças (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa.

Vaz, C. (2013). *Da relação entre experiencição de maus-tratos diretos na família e a adoção de comportamentos agressivos e antissociais* (Licenciatura em Criminologia). Porto. Universidade Fernando Pessoa - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Obtido de <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3939/1/Progeto%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20-%20Carla%20Vaz.pdf>

Veloso, C. (2014). *Lares de Infância e Juventude: contributos para a autonomia* (Projeto de Mestrado). Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu.

Vicente, P., Reis, E., & Ferrão, F. (1996). *Sondagens – a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Sílabo.

ANEXOS

Anexo A – Guião da entrevista semiestruturada

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE VISEU

MESTRADO EM INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Guião de entrevista semiestruturada com o objetivo geral de recolher informação que permita a construção de um inquérito no domínio da prevenção em meio escolar de situações de Risco/Perigo.

Apresentação do entrevistador Explicação do objetivo da entrevista (tema e tipo de projeto) Elucidação sobre a forma de registo Promoção de um clima de confiança Garantia de confidencialidade/anonimato Pedido de autorização			
População-alvo: Professores, técnicos e assistentes operacionais.			
Designação dos blocos	Objetivos	Tópicos	Observações
<i>Bloco I</i> Aspectos próprios/caracterização profissional	Obter dados sobre o entrevistado	Habilitações académicas; Funções desempenhadas; Tempo de trabalho em meio escolar.	
<i>Bloco II</i> Situações de risco e perigo	Identificar as situações de perigo mais frequentes no âmbito da caracterização	Tipo de problemáticas sinalizadas; Número de casos sinalizados; Grau de dificuldade da identificação; Sinais de maus-tratos; Características das crianças/jovens vítimas de maus-tratos; Superação das situações.	
<i>Bloco III</i> Causa e fatores associados ao perigo (Diagnóstico e acompanhamento)	Analisar possíveis causas	Características gerais das famílias e dados sociodemográficos; Causas; Fatores de risco.	
<i>Bloco IV</i> Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)	Avaliar o que existe e o que falta nas escolas	Constituição da equipa multidisciplinar; Avaliação dos recursos humanos; Avaliação das verbas; Avaliação dos recursos externos/parcerias.	
<i>Bloco V</i> Dificuldades e potencialidades na	Verificar as dificuldades existentes e as	Papel da escola; Fragilidades; Principais dificuldades no trabalho	

identificação/acompanhamento	potencialidades	com as crianças/jovens e famílias; Programa de prevenção/intervenção; Estratégias; Preparação dos professores para ligar com estas situações; Fragilidades; Esclarecimento da comunidade; Participação da comunidade.	
Agradecimento pela colaboração Demonstração de disponibilidade para esclarecimentos e divulgação dos resultados			

Anexo B – Inquérito por entrevista

Questões da entrevista:

I. Aspectos Próprios/Caracterização profissional.

1. Quais as suas habilitações académicas?
2. Que funções, desempenha na escola?
3. Há quanto tempo trabalha em meio escolar?

II. Situações de risco e perigo.

1. Que tipos de problemáticas, são sinalizadas no agrupamento?
2. Existem muitos casos de situações de risco no agrupamento?
3. É fácil a identificação deste tipo de situações?
4. Que tipo de sinais e/ou características apresentam as crianças/jovens vítimas de maus-tratos?
5. As situações de risco quando identificadas evitam situações mais graves de maus-tratos.

III. Causas e fatores associados ao perigo.

1. Como caracteriza numa forma geral as famílias sinalizadas?
2. Quais lhe parecem ser as causas dessas situações?
3. Quais os fatores que no seu entendimento podem potenciar o favorecimento do aparecimento deste tipo de situações?

IV. Respostas e recursos (prevenção, apoio e acompanhamento)

1. Existe uma equipa multidisciplinar na escola direcionada para ajudar nestas situações? Como é constituída?
2. Os recursos humanos são suficientes?
3. Existem verbas na escola para intervir e apoiar estes casos?
4. Existem entidades que colaboram convosco? Quais?

V. Dificuldades e potencialidades na identificação/accompanhamento.

1. Como define o papel da escola em situações de risco?
2. Quais as fragilidades sentidas pela escola em relação à identificação destas situações?

3. Quais são as principais dificuldades no trabalho com as crianças/jovens? E com as famílias?
4. Existe algum tipo de programa de prevenção/intervenção no seu agrupamento direcionado a crianças/jovens em situação de risco e/ou às suas famílias?
5. Na sua opinião, quais as estratégias de intervenção/linhas de intervenção mais adequadas?
6. Acha que os professores estão preparados para intervirem nestas situações?
7. Em que medida a escola pode ajudar na resolução e não o está a fazer?
8. Considera que a comunidade está suficientemente esclarecida/ sensibilizada sobre a amplitude da problemática das crianças em situações de risco?
9. De que modo considera que a comunidade escolar deve intervir na prevenção de situações de risco?

Anexo C – Dados registados do programa QRS Nvivo 10 relativos às entrevistas efetuadas

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,14% Cobertura

Doutoramento.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,20% Cobertura]

Referência 1 - 0,20% Cobertura

12º ano.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,26% Cobertura]

Referência 1 - 0,26% Cobertura

Licenciatura.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,52% Cobertura]

Referência 1 - 0,52% Cobertura

Licenciatura em Línguas

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]

Referência 1 - 0,16% Cobertura

12º ano.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,60% Cobertura]

Referência 1 - 0,60% Cobertura

Mestrado em Educação Especial.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,19% Cobertura]

Referência 1 - 0,19% Cobertura

Licenciatura.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,29% Cobertura]

Referência 1 - 0,29% Cobertura

Licenciatura.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]

Referência 1 - 0,16% Cobertura

12º ano.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,14% Cobertura

12º ano.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,11% Cobertura]

Referência 1 - 0,11% Cobertura

Psicóloga.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,56% Cobertura]

Referência 1 - 0,56% Cobertura

Assistente operacional.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,22% Cobertura]

Referência 1 - 0,22% Cobertura

Professora.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,25% Cobertura]

Referência 1 - 0,25% Cobertura

Professora.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,46% Cobertura]

Referência 1 - 0,46% Cobertura

Assistente operacional.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [1,02% Cobertura]

Referência 1 - 1,02% Cobertura

Professora de Educação Especial – Domínio da Visão.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [1,21% Cobertura]

Referência 1 - 1,21% Cobertura

Professora, coordenadora da escola promotora de saúde, do clube europeu e da escola voluntária.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,21% Cobertura]

Referência 1 - 0,21% Cobertura

Professora.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,45% Cobertura]

Referência 1 - 0,45% Cobertura

Assistente operacional.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,44% Cobertura]

Referência 1 - 0,44% Cobertura

Assistente operacional.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,09% Cobertura]

Referência 1 - 0,09% Cobertura

18 anos.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,20% Cobertura]

Referência 1 - 0,20% Cobertura

16 anos.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,14% Cobertura

16 anos.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,18% Cobertura]

Referência 1 - 0,18% Cobertura

29 anos.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]

Referência 1 - 0,16% Cobertura
19 anos.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,32% Cobertura]
Referência 1 - 0,32% Cobertura
4 anos e meio.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]
Referência 1 - 0,10% Cobertura
14 anos.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]
Referência 1 - 0,16% Cobertura
22 anos.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,16% Cobertura]
Referência 1 - 0,16% Cobertura
18 anos.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,14% Cobertura]
Referência 1 - 0,14% Cobertura
23 anos.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 3 referências codificadas [2,37% Cobertura]

Referência 1 - 1,05% Cobertura

Ultimamente tem havido muitos casos de automutilações derivados de
desestruturas familiares.

Referência 2 - 0,63% Cobertura

Tem havido também algumas sinalizações de abusos sexuais

Referência 3 - 0,69% Cobertura

ultimamente ocorreu uma situação de agressão entre mãe e filho

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 7 referências codificadas [5,06% Cobertura]

Referência 1 - 0,47% Cobertura

Maus-tratos físicos

Referência 2 - 0,29% Cobertura

psicológicos

Referência 3 - 1,18% Cobertura

crianças e jovens violentos com os próprios pais

Referência 4 - 0,64% Cobertura

consumos de tabaco, álcool

Referência 5 - 0,88% Cobertura

e outras drogas por parte dos alunos

Referência 6 - 0,49% Cobertura

filhos de alcoólicos

Referência 7 - 1,10% Cobertura

negligência: muitos casos de falta de higiene

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 8 referências codificadas [5,16% Cobertura]

Referência 1 - 0,36% Cobertura

Casos de abuso sexual

Referência 2 - 0,33% Cobertura

Maus-tratos físicos

Referência 3 - 0,42% Cobertura

Maus-tratos psicológicos

Referência 4 - 0,33% Cobertura

violência no namoro

Referência 5 - 1,07% Cobertura

violência doméstica que se espelha no comportamento dos filhos

Referência 6 - 0,55% Cobertura

pais com problemas de alcoolismo

Referência 7 - 0,90% Cobertura

também alguns jovens já com problemas de alcoolismo

Referência 8 - 1,19% Cobertura

negligência sobretudo nas famílias mais carentes e de etnia cigana

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 5 referências codificadas [2,92% Cobertura]

Referência 1 - 0,54% Cobertura

Maus-tratos psicológicos

Referência 2 - 0,18% Cobertura

físicos

Referência 3 - 0,47% Cobertura

violência entre pares

Referência 4 - 0,85% Cobertura

violência de jovens contra pais e avós

Referência 5 - 0,88% Cobertura

pais com sérios problemas de alcoolismo

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 7 referências codificadas [2,89% Cobertura]

Referência 1 - 0,38% Cobertura

Pais com alcoólicos

Referência 2 - 0,38% Cobertura

violência doméstica

Referência 3 - 0,38% Cobertura

Maus-tratos físicos

Referência 4 - 0,24% Cobertura

psicológicos

Referência 5 - 0,44% Cobertura

violência entre alunos

Referência 6 - 0,22% Cobertura

negligência

Referência 7 - 0,83% Cobertura

jovens que já consomem e abusam do álcool

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 7 referências codificadas [2,92% Cobertura]

Referência 1 - 0,82% Cobertura

Jovens a ingressar pelo caminho do álcool

Referência 2 - 0,36% Cobertura

e das drogas leves

Referência 3 - 0,38% Cobertura

violência doméstica

Referência 4 - 0,40% Cobertura

Maus-tratos físicos

Referência 5 - 0,24% Cobertura

psicológicos

Referência 6 - 0,42% Cobertura

violência entre pares

Referência 7 - 0,30% Cobertura

pais alcoólicos

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 8 referências codificadas [3,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,40% Cobertura

Bastantes casos de abuso sexual

Referência 2 - 0,31% Cobertura

Maus-tratos psicológicos

Referência 3 - 0,24% Cobertura

Maus-tratos físicos

Referência 4 - 0,75% Cobertura

Têm aumentado cada vez mais os casos de violência no namoro

Referência 5 - 0,42% Cobertura

e os casos de violência doméstica

Referência 6 - 0,50% Cobertura

Cuidadores com problemas de alcoolismo

Referência 7 - 0,37% Cobertura

jovens consumidores de drogas

Referência 8 - 0,15% Cobertura

negligência

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 7 referências codificadas [3,18% Cobertura]

Referência 1 - 0,23% Cobertura

abuso sexual

Referência 2 - 0,19% Cobertura

mutilações

Referência 3 - 0,21% Cobertura

negligência

Referência 4 - 0,49% Cobertura

filhos de pais alcoólicos

Referência 5 - 0,57% Cobertura

violência de pais para filhos

Referência 6 - 1,11% Cobertura

violência das crianças/jovens contra os seus responsáveis

Referência 7 - 0,37% Cobertura

violência doméstica

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 7 referências codificadas [9,70% Cobertura]

Referência 1 - 3,24% Cobertura

Por vezes detetamos alguns maus-tratos físicos visíveis, no entanto nem é difícil detetar se é mesmo pois eles retraem-se e não nos dizem o que realmente aconteceu.

Referência 2 - 0,41% Cobertura

Violência entre pares

Referência 3 - 0,75% Cobertura

Jovens consumidores de álcool e drogas

Referência 4 - 0,30% Cobertura

Pais alcoólicos

Referência 5 - 0,20% Cobertura

Absentismo

Referência 6 - 0,47% Cobertura

Perturbações alimentares

Referência 7 - 4,33% Cobertura

Os abusos sexuais existem, não só entre adultos e crianças/jovens como entre alunos mais velhos com outros (acontecem fora da escola), no entanto estes casos não são muito divulgados de forma a salvaguardar as crianças.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 12 referências codificadas [7,92% Cobertura]

Referência 1 - 1,48% Cobertura

Maus-tratos físicos visíveis (embora por vezes não passamos afirmar que o são mesmo)

Referência 2 - 0,76% Cobertura

Violência física e psicológica entre pares

Referência 3 - 0,14% Cobertura

Bullying

Referência 4 - 0,84% Cobertura

Crianças e jovens violentos com os próprios pais

Referência 5 - 1,41% Cobertura

Crianças/jovens cujos pais estão divorciados (vivem entre manipulações dos pais)

Referência 6 - 0,11% Cobertura

álcool

Referência 7 - 0,51% Cobertura

e drogas por parte dos alunos

Referência 8 - 0,35% Cobertura

Filhos de alcoólicos

Referência 9 - 0,56% Cobertura

Muitos casos de falta de higiene

Referência 10 - 0,18% Cobertura

Absentismo

Referência 11 - 0,62% Cobertura

Jovens com perturbações alimentares

Referência 12 - 0,97% Cobertura

entre as quais uma com suspeitas de gravidez sucessivas

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,08% Cobertura]

Referência 1 - 0,08% Cobertura

Muitas.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,47% Cobertura]

Referência 1 - 0,47% Cobertura

sim existem alguns.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,21% Cobertura]

Referência 1 - 0,21% Cobertura

Sim existem.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,31% Cobertura]

Referência 1 - 0,31% Cobertura

Existem alguns

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [1,33% Cobertura]

Referência 1 - 1,33% Cobertura

Sim, neste agrupamento existem muitos casos de situações de risco.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [1,22% Cobertura]

Referência 1 - 1,22% Cobertura

Sim, é um agrupamento com muitos casos em situações de risco.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,24% Cobertura

Neste momento sim.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,29% Cobertura]

Referência 1 - 0,29% Cobertura

Sim, bastantes.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,24% Cobertura

Sim, muitos.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,70% Cobertura]

Referência 1 - 0,70% Cobertura

Não sei quantos, mas sim existem muitos.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 2 referências codificadas [4,79% Cobertura]

Referência 1 - 0,34% Cobertura

Às vezes sim, outras vezes não.

Referência 2 - 4,45% Cobertura

Criar nas escolas uma equipa multidisciplinar a trabalhar quase a tempo inteiro, porque basta lermos a Lei 51 (o estatuto de ética do aluno) que vem lá tudo, até para estas crianças vêm preconizadas algumas atuações possíveis porque também nós sabemos que a génese de muitos dos problemas de comportamento e indisciplina são problemas gravíssimos em que a escola é o "palco" de manifestação dos mesmos.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,07% Cobertura]

Referência 1 - 0,07% Cobertura

Sim

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,90% Cobertura]

Referência 1 - 0,90% Cobertura

Nunca é fácil e a resolução também não é nada fácil.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [1,01% Cobertura]

Referência 1 - 1,01% Cobertura

Nem sempre, são situações muito encobertas.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,46% Cobertura]

Referência 1 - 0,46% Cobertura

Por vezes, nem sempre.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,38% Cobertura]

Referência 1 - 0,38% Cobertura

Nem sempre é fácil.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,38% Cobertura]

Referência 1 - 0,38% Cobertura

Na nossa escola tem sido fácil

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [5,03% Cobertura]

Referência 1 - 5,03% Cobertura

Nem sempre, embora muitos diretores de turma consigam detetar por estarem mais a par dos problemas de cada um dos alunos. Os funcionários também conseguem detetar alguns casos. Ou ainda através dos próprios colegas. São os que estão mais próximos dos alunos.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,36% Cobertura]

Referência 1 - 0,36% Cobertura

Nem sempre é fácil

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,67% Cobertura]

Referência 1 - 0,67% Cobertura

Nalguns casos sim, mas em muitos não.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,84% Cobertura]

Referência 1 - 0,84% Cobertura

Nós pensamos que sim, tentamos que sim mas não temos a certeza que aconteça.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,42% Cobertura]

Referência 1 - 0,42% Cobertura

Tentamos que sim,

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,35% Cobertura]

Referência 1 - 0,35% Cobertura

Tentamos que evitem.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [1,57% Cobertura]

Referência 1 - 1,57% Cobertura

Sim, existe na escola uma equipa encarregada de tratar logo o problema

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [3,11% Cobertura]

Referência 1 - 3,11% Cobertura

Sim, uma vez que tentamos proteger imediatamente os alunos e informar os professores e diretores de turma, assim como a Direção do que se está a passar.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [2,94% Cobertura]

Referência 1 - 2,94% Cobertura

Sim, uma vez que tentamos proteger imediatamente a criança ou jovem intervindo de forma a prevenir a evolução para o perigo e evitar a recorrência.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,41% Cobertura]

Referência 1 - 0,41% Cobertura

Temos tentado que isso aconteça.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,95% Cobertura]

Referência 1 - 0,95% Cobertura

Tentamos que sim, embora nem sempre se consiga.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,91% Cobertura]

Referência 1 - 0,91% Cobertura

Claro, embora por vezes não seja muito eficaz.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,21% Cobertura]

Referência 1 - 0,21% Cobertura

Nem sempre.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [1,46% Cobertura]

Referência 1 - 1,46% Cobertura

A maior parte das vezes comportamentos disruptivos, oposição, rejeição, agressividade, essencialmente esse tipo de comportamentos.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 3 referências codificadas [1,37% Cobertura]

Referência 1 - 0,79% Cobertura

falta de higiene; mal vestidos,

Referência 2 - 0,20% Cobertura

apáticos

Referência 3 - 0,39% Cobertura

ou conflituosos.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 4 referências codificadas [2,72% Cobertura]

Referência 1 - 1,61% Cobertura

Depende, cada uma reage à sua maneira, no entanto, a maioria das vezes apresentam-se apáticos

Referência 2 - 0,17% Cobertura

tristes ou

Referência 3 - 0,67% Cobertura

o comportamento contrário, são nervosos

Referência 4 - 0,26% Cobertura

e agressivos.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 2 referências codificadas [2,23% Cobertura]

Referência 1 - 1,80% Cobertura

Alguns escondem enquanto outros mostram através da rebeldia (são problemáticos).

Referência 2 - 0,43% Cobertura

Tristeza (choro).

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 4 referências codificadas [2,85% Cobertura]

Referência 1 - 2,16% Cobertura

Comportamentos agressivos, tanto físicos como verbais com os colegas e até mesmo para conosco, frustração,

Referência 2 - 0,18% Cobertura

tristeza,

Referência 3 - 0,36% Cobertura

sinais de cansaço,

Referência 4 - 0,14% Cobertura

apatia.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 5 referências codificadas [3,56% Cobertura]

Referência 1 - 1,12% Cobertura

Comportamentos físicos e verbais agressivos entre pares,

Referência 2 - 0,18% Cobertura

tristeza,

Referência 3 - 0,54% Cobertura

magreza, sinais de cansaço,

Referência 4 - 0,14% Cobertura

apatia,

Referência 5 - 1,58% Cobertura

quando começam a baixar as notas sem razão aparente, mudança de temperamento.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 4 referências codificadas [3,81% Cobertura]

Referência 1 - 0,28% Cobertura

Normalmente nervosismo

Referência 2 - 0,09% Cobertura

apatia,

Referência 3 - 0,27% Cobertura

tristeza ou o inverso

Referência 4 - 3,17% Cobertura

As vítimas de abandono, sentem uma grande revolta. É muito complicado com o aproximar dos fins de semana ou das férias, pois é na escola que se sentem bem, é o refúgio deles. A época do Natal é muito complicada para eles, já se começa a notar isso.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 4 referências codificadas [0,78% Cobertura]

Referência 1 - 0,25% Cobertura

Agressividade

Referência 2 - 0,14% Cobertura

apatia

Referência 3 - 0,18% Cobertura

tristeza,

Referência 4 - 0,21% Cobertura

isolamento.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 3 referências codificadas [2,51% Cobertura]

Referência 1 - 1,09% Cobertura

Carência, demasiado pacatos e desmotivados para a vida;

Referência 2 - 0,32% Cobertura

Deixam de comer;

Referência 3 - 1,11% Cobertura

Agressivos com os colegas, professores e funcionários.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [3,15% Cobertura]

Referência 1 - 3,15% Cobertura

Carência afetiva (alguns parecem que têm tudo, mas na verdade precisam é de atenção);

Alguns revelam-se conflituosos, é a forma de manifestarem o que se passa e chamar atenção.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 5 referências codificadas [1,66% Cobertura]

Referência 1 - 0,12% Cobertura

a emigração

Referência 2 - 0,23% Cobertura

a violência doméstica

Referência 3 - 0,59% Cobertura

Esta zona é uma zona com hábitos de consumo de álcool

Referência 4 - 0,51% Cobertura

é uma zona com muitas etnias, de multiculturas

Referência 5 - 0,21% Cobertura

baixa escolarização

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 5 referências codificadas [4,30% Cobertura]

Referência 1 - 1,10% Cobertura

crianças de etnia cigana com muitas carências

Referência 2 - 0,44% Cobertura

Pais desempregados

Referência 3 - 0,66% Cobertura

com problemas de alcoolismo

Referência 4 - 1,13% Cobertura

menores que já consomem álcool e outras drogas

Referência 5 - 0,96% Cobertura

baixa escolarização e falta de formação

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 6 referências codificadas [7,55% Cobertura]

Referência 1 - 1,78% Cobertura

negligência sobretudo nas famílias mais carenciadas e de etnia cigana (higiene, alimentação, vestuário)

Referência 2 - 0,97% Cobertura

falta de formação, falta de valores, falta de civismo.

Referência 3 - 2,22% Cobertura

Nos últimos anos a crise que se instalou em Portugal muito influenciou alguns destes casos, aumentaram fatores como o desemprego

Referência 4 - 0,80% Cobertura

que dão origem a outros fatores como divórcios

Referência 5 - 0,19% Cobertura

e emigração

Referência 6 - 1,59% Cobertura

Também o aumento de horas de trabalho, o que leva a falta de tempo para estar com os filhos.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 3 referências codificadas [1,19% Cobertura]

Referência 1 - 0,74% Cobertura
Falta de formação, falta civismo.

Referência 2 - 0,22% Cobertura
Desemprego

Referência 3 - 0,22% Cobertura
Alcoolismo

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 8 referências codificadas [3,72% Cobertura]

Referência 1 - 0,59% Cobertura
O vício de álcool e/ou drogas

Referência 2 - 0,32% Cobertura
pais muito novos

Referência 3 - 0,18% Cobertura
emigração

Referência 4 - 0,38% Cobertura
violência doméstica

Referência 5 - 0,24% Cobertura
O desemprego

Referência 6 - 1,19% Cobertura
problemas cognitivos/deficiência dos progenitores ou filhos

Referência 7 - 0,22% Cobertura
a emigração

Referência 8 - 0,59% Cobertura
baixa escolaridade e formação

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 6 referências codificadas [2,48% Cobertura]

Referência 1 - 0,22% Cobertura
Desemprego,

Referência 2 - 0,54% Cobertura
vício de álcool e/ou drogas

Referência 3 - 0,32% Cobertura
gravidez precoce

Referência 4 - 0,40% Cobertura
violência doméstica

Referência 5 - 0,16% Cobertura
o álcool

Referência 6 - 0,84% Cobertura
existência de deficiência nos progenitores

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 2 referências codificadas [0,73% Cobertura]

Referência 1 - 0,13% Cobertura
Desemprego

Referência 2 - 0,60% Cobertura
Muitas vezes falta de tempo dos pais para eles.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 8 referências codificadas [6,04% Cobertura]

Referência 1 - 1,03% Cobertura
filhos de emigrantes que andam um pouco desorientados

Referência 2 - 0,29% Cobertura
O álcool (pais)

Referência 3 - 0,33% Cobertura

a droga (menores)

Referência 4 - 0,41% Cobertura

a violência doméstica

Referência 5 - 0,64% Cobertura

a falta de formação e de educação

Referência 6 - 0,57% Cobertura

problemas cognitivos dos pais

Referência 7 - 0,84% Cobertura

ultimamente muitos casos de pais emigrantes

Referência 8 - 1,93% Cobertura

Existem também muitas crianças de etnia cigana que faltam e chegam mal vestidas e sujas à escola.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 5 referências codificadas [11,38% Cobertura]

Referência 1 - 1,40% Cobertura

Crianças vítimas do desentendimento dos pais, como em caso de divórcios

Referência 2 - 3,14% Cobertura

Carência afetiva, muitas vezes devido ao emprego dos pais (tem o caso duma menina que me diz muitas vezes que por vezes nem vê a mãe devido aos turnos que faz)

Referência 3 - 2,81% Cobertura

Muitas crianças rebeldes devido não a carência de dinheiro mas sim há carência de valores e regras (têm tudo mas falta-lhes o mais importante)

Referência 4 - 1,26% Cobertura

falta de formação, falta de valores para transmitir aos filhos.

Referência 5 - 2,77% Cobertura

Falta de dinheiro; falta de emprego; algumas crianças sentem-se marginalizadas por outros com coisas que não podem ter, o que leva a roubos.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 9 referências codificadas [10,75% Cobertura]

Referência 1 - 1,41% Cobertura

Crianças/jovens cujos pais estão divorciados (vivem entre manipulações dos pais)

Referência 2 - 2,59% Cobertura

Muitas crianças de etnia cigana com as mais diversas necessidades, entre as quais a da própria cultura que as levam a estarem em situações de risco

Referência 3 - 2,27% Cobertura

Muitos filhos de emigrantes com carências afetivas, muitas vezes ficam com os avós, mas este já não têm capacidade para os educar

Referência 4 - 0,48% Cobertura

Pobreza/pobreza de espírito

Referência 5 - 1,39% Cobertura

Pobreza, problemas económicos devido a falta de emprego, falta de apoio social,

Referência 6 - 0,37% Cobertura

pais demasiado jovens

Referência 7 - 0,55% Cobertura

divórcios, violência doméstica

Referência 8 - 0,18% Cobertura

depressões

Referência 9 - 1,53% Cobertura

Por vezes falta de formação, mas há também pessoas formadas com muita falta de valores.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,79% Cobertura]

Referência 1 - 0,79% Cobertura

São famílias “multidesafiadas”, é o termos técnico para estas famílias.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 2 referências codificadas [1,30% Cobertura]

Referência 1 - 0,59% Cobertura

Famílias desestruturadas

Referência 2 - 0,71% Cobertura

algumas com falta de formação

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [1,80% Cobertura]

Referência 1 - 1,80% Cobertura

Famílias com problemas de alcoolismo, violência doméstica ou dificuldades económicas. Casos de divórcios

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,58% Cobertura]

Referência 1 - 0,58% Cobertura

Famílias desestruturadas.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 3 referências codificadas [2,85% Cobertura]

Referência 1 - 1,07% Cobertura

com funcionamento impróprio. Com problemas cognitivos

Referência 2 - 0,36% Cobertura

baixa escolaridade

Referência 3 - 1,41% Cobertura

Nesta zona há também muitas famílias de etnia cigana e alguns Búlgaros

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [3,88% Cobertura]

Referência 1 - 3,88% Cobertura

Famílias destruturadas, sem emprego, com funcionamento desajustado dos seus membros individuais, negligentes em relação às necessidades básicas dos seus filhos, com vícios de álcool e/ou drogas.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [1,55% Cobertura]

Referência 1 - 1,55% Cobertura

Famílias com grandes dificuldades económicas, problemas de alcoolismo, violência doméstica. Casos de separações dos pais

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [1,62% Cobertura]

Referência 1 - 1,62% Cobertura

São famílias desestruturadas, com problemas que se vêm a transmitir nas crianças.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 2 referências codificadas [0,91% Cobertura]

Referência 1 - 0,59% Cobertura

Famílias com falta de formação

Referência 2 - 0,32% Cobertura

falta de valores

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 2 referências codificadas [0,60% Cobertura]

Referência 1 - 0,23% Cobertura

Disfuncionais

Referência 2 - 0,37% Cobertura

com falta de formação

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [2,59% Cobertura]

Referência 1 - 2,59% Cobertura

Nós aqui tentamos é trabalhar em rede, trabalhamos com a unidade de saúde, com a CPCJ e com a Câmara Municipal, mas não há nenhuma equipa multidisciplinar formal para prevenir ou intervir especificamente em situações de maus-tratos.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

Não.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [2,94% Cobertura]

Referência 1 - 2,94% Cobertura

Específica mesmo para estes casos não. Existe é uma equipa do PEPs constituída por professores de várias áreas e por uma psicóloga que não está a tempo inteiro na escola.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [3,01% Cobertura]

Referência 1 - 3,01% Cobertura

Existe a equipa PEPS constituída por Professores de várias áreas. Uma psicóloga a tempo parcial. São eles que tratam desses problemas.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [3,84% Cobertura]

Referência 1 - 3,84% Cobertura

Não, existe apenas escola uma equipa multidisciplinar, constituída por professores da escola, para os alunos com comportamentos desviantes. A única psicóloga nem sequer está a tempo inteiro.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [3,66% Cobertura]

Referência 1 - 3,66% Cobertura

O que existe na escola é uma equipa multidisciplinar, constituída por professores da escola, direcionada para os alunos que são expulsos das aulas devido a comportamentos desviantes.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [2,80% Cobertura]

Referência 1 - 2,80% Cobertura

Não só para estes casos. É constituída por professores de várias áreas. Existe apenas uma psicóloga e não está a tempo inteiro. Os casos mais complicados são encaminhados para o gabinete do aluno e lá tentamos ajudá-lo.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,64% Cobertura]

Referência 1 - 0,64% Cobertura

Não especificamente com esse fim.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [1,68% Cobertura]

Referência 1 - 1,68% Cobertura

Sim, mas é apenas constituída por professores, psicóloga e assistentes operacionais.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [1,37% Cobertura]

Referência 1 - 1,37% Cobertura

Sim, mas nem sei muito bem como é constituída, acho que professores, psicóloga

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [2,79% Cobertura]

Referência 1 - 2,79% Cobertura

Não. Estou cá a meio tempo, não há assistente social, nem mais nenhum técnico a não ser os da comunidade como enfermeiros entre outros. Deveriam existir nos agrupamentos pelo menos um psicólogo a tempo inteiro e um assistente social ou educador social.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,32% Cobertura]

Referência 1 - 0,32% Cobertura

Não, não são.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [6,65% Cobertura]

Referência 1 - 6,65% Cobertura

Na minha opinião não são suficientes, à escola chegam cada vez mais problemáticas diferentes e é necessário técnicos profissionais que nos ajudem a lidar com estas problemáticas. Era importante ter uma psicóloga na escola a tempo inteiro e talvez alguém na área da intervenção social para fazer a ponte entre professores e as entidades como a CPCJ e também para lidar com as famílias.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [1,35% Cobertura]

Referência 1 - 1,35% Cobertura

Uma vez que existe a CPCJ a quem recorremos, acho que sim.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,32% Cobertura]

Referência 1 - 0,32% Cobertura

Não, nem pensar.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [1,78% Cobertura]

Referência 1 - 1,78% Cobertura

Os recursos humanos não são suficientes para dar uma resposta eficaz a todos os alunos.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [2,55% Cobertura]

Referência 1 - 2,55% Cobertura

Nunca são suficientes, cada vez há mais problemáticas e cada vez mais os alunos pedem ajuda. Mas havendo boa vontade vamos fazendo, mesmo que nos tempos livres. Até no meu dia de folga venho à escola.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,41% Cobertura]

Referência 1 - 0,41% Cobertura

Não são suficientes.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [3,24% Cobertura]

Referência 1 - 3,24% Cobertura

Faltam, a escola está a ficar disfuncional. Faltam professores, faltam funcionários e a psicóloga devia estar a tempo inteiro na escola, pois são muitos os casos.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,72% Cobertura]

Referência 1 - 0,72% Cobertura

Dizem que sim, mas a verdade é que faltam

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [1,02% Cobertura]

Referência 1 - 1,02% Cobertura

Não. Não existem mesmo. Sentimos essencialmente falta de respostas, nós não temos respostas.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

Não

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [1,89% Cobertura]

Referência 1 - 1,89% Cobertura

Específica, penso que não. Cada vez há mais cortes nas escolas. Faltam recursos humanos e recursos materiais.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,07% Cobertura]

Referência 1 - 0,07% Cobertura

Não

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,26% Cobertura]

Referência 1 - 0,26% Cobertura

Penso que não

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,08% Cobertura]

Referência 1 - 0,08% Cobertura

Não

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [1,38% Cobertura]

Referência 1 - 1,38% Cobertura

Na existe uma verba específica, mas nesta escola para estes alunos nunca nos foi negado nada do que pedimos.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [0,25% Cobertura]

Referência 1 - 0,25% Cobertura

Não existem.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,63% Cobertura]

Referência 1 - 0,63% Cobertura

Faltam, cada vez há mais cortes.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,60% Cobertura]

Referência 1 - 0,60% Cobertura

Não existem, há falta de dinheiro.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 4 referências codificadas [1,17% Cobertura]

Referência 1 - 0,04% Cobertura

CPCJ

Referência 2 - 0,18% Cobertura

Câmara Municipal

Referência 3 - 0,17% Cobertura

Centro de Saúde

Referência 4 - 0,79% Cobertura

Associação (IPSS's) e a Santa Casa de Misericórdia em algumas situações

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 3 referências codificadas [2,14% Cobertura]

Referência 1 - 0,39% Cobertura

Câmara Municipal

Referência 2 - 1,28% Cobertura

Centro de Saúde (temos enfermeiras que vão à escola)

Referência 3 - 0,47% Cobertura

GNR (Escola Segura)

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 4 referências codificadas [0,66% Cobertura]

Referência 1 - 0,26% Cobertura

Centro de Saúde

Referência 2 - 0,05% Cobertura

GNR

Referência 3 - 0,07% Cobertura

CPCJ

Referência 4 - 0,28% Cobertura

Câmara Municipal

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 3 referências codificadas [1,89% Cobertura]

Referência 1 - 0,36% Cobertura

Câmara municipal

Referência 2 - 1,39% Cobertura

O Centro de saúde, temos enfermeiros que se deslocam à escola.

Referência 3 - 0,13% Cobertura

CPCJ.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 4 referências codificadas [0,99% Cobertura]

Referência 1 - 0,18% Cobertura

a câmara,

Referência 2 - 0,34% Cobertura

o centro de saúde

Referência 3 - 0,32% Cobertura

a Escola Segura

Referência 4 - 0,14% Cobertura

a CPCJ.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 2 referências codificadas [1,48% Cobertura]

Referência 1 - 0,32% Cobertura

a Escola Segura

Referência 2 - 1,16% Cobertura

CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco).

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 3 referências codificadas [1,58% Cobertura]

Referência 1 - 0,70% Cobertura

Centro de Saúde com a unidade de cuidados à comunidade.

Referência 2 - 0,75% Cobertura

Temos uma ligação muito estreita com a Escola Segura (GNR)

Referência 3 - 0,13% Cobertura

com a CPCJ

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 4 referências codificadas [0,84% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

CPCJ,

Referência 2 - 0,31% Cobertura

Câmara Municipal

Referência 3 - 0,33% Cobertura

o Centro de Saúde

Referência 4 - 0,10% Cobertura

a GNR

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 4 referências codificadas [1,15% Cobertura]

Referência 1 - 0,12% Cobertura

Câmara

Referência 2 - 0,20% Cobertura

Bombeiros

Referência 3 - 0,51% Cobertura

Santa Casa da Misericórdia

Referência 4 - 0,32% Cobertura

algumas Empresas

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 5 referências codificadas [1,92% Cobertura]

Referência 1 - 0,28% Cobertura

Câmara Municipal

Referência 2 - 0,16% Cobertura

Bombeiros

Referência 3 - 0,46% Cobertura

Santa Casa de Misericórdia

Referência 4 - 0,14% Cobertura

Empresas

Referência 5 - 0,88% Cobertura

Associação de Pais (têm um papel mais/menos ativo)

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [2,19% Cobertura]

Referência 1 - 2,19% Cobertura

A escola devia ter possibilidades de constituir a tal equipa multidisciplinar que agregando também profissionais da comunidade pudessem atuar concertadamente, esse sim deveria ser o papel da escola.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [4,34% Cobertura]

Referência 1 - 4,34% Cobertura

A escola tem um papel importante, tenta acompanhar e dar resposta aos problemas. Há crianças que chegam à escola com muitas carências, nomeadamente de atenção e mal alimentadas.

<Internas\\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [3,48% Cobertura]

Referência 1 - 3,48% Cobertura

A escola tem um papel muito mas mesmo muito importante neste aspeto, deixou de ser apenas um local de aprendizagem, os alunos passam muito tempo na escola e por consequência os problemas vêm cá parar.

<Internas\\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [3,66% Cobertura]

Referência 1 - 3,66% Cobertura

Muitos problemas são detetados na escola. A escola serve também para administrar a cidadania. Neste âmbito a nossa escola está muito atenta e funciona muito bem.

<Internas\\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,79% Cobertura]

Referência 1 - 0,79% Cobertura

Prevenção das situações de risco/perigo

<Internas\\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [1,16% Cobertura]

Referência 1 - 1,16% Cobertura

Muito importante na deteção precoce de situações de risco.

<Internas\\Guião da entrevista 6> - § 2 referências codificadas [1,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,59% Cobertura

A escola tem de ser interventiva, tem que agir

Referência 2 - 0,65% Cobertura

e serve para prevenir e resolver estas situações.

<Internas\\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [2,12% Cobertura]

Referência 1 - 2,12% Cobertura

A escola não pode ter conhecimento dos problemas e ignorá-los, tem de dar respostas ou pelo menos tentar dar.

<Internas\\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [3,42% Cobertura]

Referência 1 - 3,42% Cobertura

A escola tem um papel muito importante, identifica os casos e tenta acompanhá-los, embora por vezes com algumas lacunas por falta de recursos ou por falta de estratégias.

<Internas\\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [1,36% Cobertura]

Referência 1 - 1,36% Cobertura

A escola dá uma visão diferente, abre mentes e alerta os pais e a comunidade.

<Internas\\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [3,55% Cobertura]

Referência 1 - 3,55% Cobertura

Deveria haver a possibilidade de detecção mais estruturada, no sentido de uma maior recolha de informação quando o aluno entra na escola, quase uma anamnese inicial para nos apercebermos e irmos seguindo esse aluno ao longo da escolaridade visto que somos um agrupamento vertical que vai do pré-escolar até ao secundário.

<Internas\\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [5,11% Cobertura]

Referência 1 - 5,11% Cobertura

Fazemos formação mas talvez esta não seja suficiente porque quando surge uma situação não sabemos como reagir e lidar com isso, uma vez que cada criança é uma criança e têm manifestações e reações diferentes.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 2 referências codificadas [2,96% Cobertura]

Referência 1 - 1,57% Cobertura

Falta de recursos humanos como técnicos com formação na área, falta de formação suficiente,

Referência 2 - 1,38% Cobertura

falta de partilha de ideias e estratégias, dificuldade de chegar às famílias.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [1,98% Cobertura]

Referência 1 - 1,98% Cobertura

Muitas vezes não é fácil chegar lá, os pais dizem que está tudo bem, mas na verdade não.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [1,49% Cobertura]

Referência 1 - 1,49% Cobertura

Falta de recursos, matérias e profissionais. Falta de formação específica.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,96% Cobertura]

Referência 1 - 0,96% Cobertura

Falta de recursos humanos físicos e financeiros.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [3,28% Cobertura]

Referência 1 - 3,28% Cobertura

Cada vez aparecem mais situações novas e alguns professores não estão habituados e negam o ter de lidar com estas situações. Falta sensibilizar os colegas para estas problemáticas de maneira a que possam ter um papel mais ativo na prevenção e intervenção.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [3,64% Cobertura]

Referência 1 - 3,64% Cobertura

Faltam informações mais pormenorizadas acerca de cada criança, deveriam ser desde a partida da entrada da criança para a escola feita uma recolha de informação apontando fatores de risco.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [3,48% Cobertura]

Referência 1 - 3,48% Cobertura

Falta de pessoas com formação específica para detetar e acompanhar esses casos. Vamos fazendo por intuição, sensibilidade e com base na experiência adquirida ao longo dos anos.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [1,72% Cobertura]

Referência 1 - 1,72% Cobertura

Na minha opinião, a principal fragilidade da escola está na falta da aplicação das medidas certas.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 2 referências codificadas [2,59% Cobertura]

Referência 1 - 0,65% Cobertura

O tempo, não temos tempo nem equipa para fazer intervenção.

Referência 2 - 1,94% Cobertura

Um psicólogo escolar está muito ligado à avaliação psicológica portanto avalia, faz o diagnóstico mas depois não tem rede de suporte para dar encaminhamento a estas situações.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 2 referências codificadas [7,00% Cobertura]

Referência 1 - 3,09% Cobertura

Fazemos formação mas talvez esta não seja suficiente porque quando surge uma situação não sabemos como reagir e lidar com isso

Referência 2 - 3,90% Cobertura

Não é fácil abordar as crianças, quando algo surge acabamos por remeter para os professores. São eles que depois falam com os pais e tentam resolver a situação

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 3 referências codificadas [1,44% Cobertura]

Referência 1 - 0,31% Cobertura

Chegar às famílias

Referência 2 - 0,29% Cobertura

falta de formação

Referência 3 - 0,83% Cobertura

e de estratégias para solucionar os problemas.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 3 referências codificadas [2,79% Cobertura]

Referência 1 - 0,25% Cobertura

Camufladas.

Referência 2 - 1,21% Cobertura

os pais dizem que está tudo bem, mas na verdade não.

Referência 3 - 1,33% Cobertura

Falta de cooperação. Dificuldades em aceitar a realidade.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 2 referências codificadas [3,17% Cobertura]

Referência 1 - 1,47% Cobertura

Falta de interesse, motivação, falta de objetivos por parte das famílias.

Referência 2 - 1,70% Cobertura

Comportamentos impróprios dos alunos para com os colegas professores e funcionários.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [3,44% Cobertura]

Referência 1 - 3,44% Cobertura

Frustração, falta de motivação e de objetivos, comportamentos inadequados face às atividades escolares e para com os colegas ou pares, resistência à mudança comportamental.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [1,72% Cobertura]

Referência 1 - 1,72% Cobertura

Mais na parte das famílias, não tanto com os alunos. Muitas vezes o aluno admite mas é mais difícil a família admitir o que se passa.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [2,16% Cobertura]

Referência 1 - 2,16% Cobertura

Com tantos problemas diferentes e não havendo uma equipa específica para atuar nestes casos falta-nos o tempo.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [4,13% Cobertura]

Referência 1 - 4,13% Cobertura

Transmitir confiança para que falem connosco. Quando os profissionais, tanto professores como funcionários são demasiado autoritários as crianças retraem-se. Muitas vezes têm medo de contar ou sentem vergonha.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 2 referências codificadas [2,34% Cobertura]

Referência 1 - 1,72% Cobertura

Na minha opinião, a principal fragilidade da escola está na falta da aplicação das medidas certas.

Referência 2 - 0,62% Cobertura

Desconfiança, a vergonha, o medo.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [0,75% Cobertura]

Referência 1 - 0,75% Cobertura

Não, programa específico para crianças e jovens em risco não existe.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [2,60% Cobertura]

Referência 1 - 2,60% Cobertura

Mesmo específico não, mas o PEPS faz muitas atividades nesse âmbito, tais como, prevenções contra doenças.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,55% Cobertura]

Referência 1 - 0,55% Cobertura

Específico mesmo para isso não.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,63% Cobertura]

Referência 1 - 0,63% Cobertura

Atividades, ações, palestras

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,46% Cobertura]

Referência 1 - 0,46% Cobertura

Não tenho conhecimento.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [2,16% Cobertura]

Referência 1 - 2,16% Cobertura

Não tenho conhecimento de programas, mas a escola trabalha em parceria com a CPCJ e com a GNR/Escola Segura.

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [8,30% Cobertura]

Referência 1 - 8,30% Cobertura

Existem vários, como é o caso: do Programa Presse direcionado para a sexualidade e de a viverem de uma forma saudável;

O Programa Trilhos, prevenção do alcoolismo (aqui falamos muito da violência doméstica);

Programas de prevenção do tabagismo e drogas feitos em colaboração com os Ministérios da Educação e da Saúde.

São essencialmente programas práticos, com jogos, partilhas de ideias, experiências, os alunos acabam por contar o que sentem e o que vivem e podemos assim perceber o que se

passa. Depois de percebermos o que se passa podemos arranjar estratégias de solução e conselhos de forma a ajudá-los e de até se ajudarem uns aos outros.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [1,33% Cobertura]

Referência 1 - 1,33% Cobertura

Não, programa específico para crianças e jovens em risco não existe.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [1,68% Cobertura]

Referência 1 - 1,68% Cobertura

Não. A equipa do PEPS trata de algumas problemáticas, mas programa mesmo não conheço.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,46% Cobertura]

Referência 1 - 0,46% Cobertura

Desconheço, penso que não.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 3 referências codificadas [9,89% Cobertura]

Referência 1 - 4,45% Cobertura

Criar nas escolas uma equipa multidisciplinar a trabalhar quase a tempo inteiro, porque basta lermos a Lei 51 (o estatuto de ética do aluno) que vem lá tudo, até para estas crianças vêm preconizadas algumas atuações possíveis porque também nós sabemos que a génese de muitos dos problemas de comportamento e indisciplina são problemas gravíssimos em que a escola é o “palco” de manifestação dos mesmos.

Referência 2 - 2,03% Cobertura

Na minha opinião, para além de ser constituída a equipa, a mesma deveria ter formação específica para este tipo de crianças e situações para poder fazer uma intervenção como deve ser.

Referência 3 - 3,42% Cobertura

Canalizar de facto os poucos recursos que tiver e que puder para estas situações, estabelecer redes de parceria com a comunidade e ir buscar os recursos que puder à comunidade, trabalhar com a associação de pais e com as IPSS's e pedir-lhes ajuda nessas situações fazendo um trabalho em rede, em parceria.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [1,28% Cobertura]

Referência 1 - 1,28% Cobertura

talvez apostar mais na formação dos profissionais.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 2 referências codificadas [4,53% Cobertura]

Referência 1 - 1,16% Cobertura

Programas e atividades de prevenção que englobem alunos e famílias.

Referência 2 - 3,37% Cobertura

Programas que chamem mais os pais à escola, tanto para se inteirarem da avaliação escolar como procurarem formação e ajuda em aspetos sociais e a fim de ajudarem os filhos a ser melhores cidadãos

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,43% Cobertura]

Referência 1 - 0,43% Cobertura

professores tutores

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 2 referências codificadas [6,44% Cobertura]

Referência 1 - 5,37% Cobertura

Prevenção das situações de risco/perigo, através de estratégias e ações tais como: ações de informação e prevenção para toda a comunidade (alunos, pais, funcionários, professores e técnicos); formação parental e ajuda na superação das consequências dessas situações.

Referência 2 - 1,07% Cobertura

Ter profissionais que apoiem e ajudem estas famílias.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 3 referências codificadas [4,40% Cobertura]

Referência 1 - 1,74% Cobertura

Prevenção das situações de perigo, através de políticas, estratégias e ações integradas

Referência 2 - 2,08% Cobertura

investimento em campanhas de informação e prevenção para toda a comunidade escolar e famílias dos alunos

Referência 3 - 0,58% Cobertura

projetos de formação parental

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 2 referências codificadas [2,78% Cobertura]

Referência 1 - 1,12% Cobertura

Este tipo de programas em que os alunos se sintam à vontade para partilhar o que pensam.

Referência 2 - 1,66% Cobertura

Falta sensibilizar os colegas para estas problemáticas de maneira a que possam ter um papel mais ativo na prevenção e intervenção.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [2,65% Cobertura]

Referência 1 - 2,65% Cobertura

Criar uma equipa multidisciplinar com formação específica, profissionais com conhecimentos nesta área e que trabalhem a tempo inteiro.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [1,38% Cobertura]

Referência 1 - 1,38% Cobertura

Mais formação para os profissionais.
Definir medidas mais eficazes.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 4 referências codificadas [6,07% Cobertura]

Referência 1 - 0,28% Cobertura

Formação de pais

Referência 2 - 0,77% Cobertura

recrutamento de mais técnicos especializados

Referência 3 - 0,63% Cobertura

acompanhamento com medidas adequadas

Referência 4 - 4,38% Cobertura

Devia existir um local na escola onde os pais pudessem vir falar e pedir ajuda se necessário, também era importante que os miúdos tivessem um gabinete de apoio onde se sentissem à vontade para desabafarem quando precisam (desmistificar esse espaço).

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [3,30% Cobertura]

Referência 1 - 3,30% Cobertura

Nem sequer em muitos outros casos como em situações mais académicas e de aprendizagem, assim como de pedagogias diferenciadas, de algumas técnicas de intervenção em sala de aula, até mesmo técnicas simples comportamentais para gerir em sala de aula quanto mais em situações tão graves quanto estas.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,25% Cobertura]

Referência 1 - 0,25% Cobertura

Nem todos.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [4,29% Cobertura]

Referência 1 - 4,29% Cobertura

Alguns são bastante preocupados com estas problemáticas e até procuram formação, no entanto nunca estamos preparados. No entanto, acho que os cursos superiores relacionados com a docência deveriam englobar cadeiras relacionadas com estas temáticas.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [0,83% Cobertura]

Referência 1 - 0,83% Cobertura

Minimamente. Ouço muitos queixarem-se

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [2,00% Cobertura]

Referência 1 - 2,00% Cobertura

Alguns sim, mas muitos não. Alguns preocupam-se e procuram formação para intervirem nas situações.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,24% Cobertura]

Referência 1 - 0,24% Cobertura

Alguns estão

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [2,71% Cobertura]

Referência 1 - 2,71% Cobertura

Fizemos formação (alguns), mas nunca se está suficientemente preparado. Quando o aluno chega até nós com estas situações ficamos sempre chocados mas depois tentamos sempre arranjar a melhor forma de os ajudar.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [1,72% Cobertura]

Referência 1 - 1,72% Cobertura

Não estão. É necessário que se façam ações de sensibilização e formação nestas áreas.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [1,07% Cobertura]

Referência 1 - 1,07% Cobertura

Não e nota-se que têm demasiada burocracia para fazer.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [0,74% Cobertura]

Referência 1 - 0,74% Cobertura

Não, têm falta de formação nesse sentido.

<Internas\Guião da entrevista 1> - § 1 referência codificada [3,77% Cobertura]

Referência 1 - 3,77% Cobertura

Não, nem pensar. Há dois anos fizemos aqui um seminário, umas jornadas sobre alcoolismo, sobre violência no namoro, sobre violência doméstica, entre outras, exatamente para sensibilizar a comunidade. Sentimos que as pessoas sabem que existe mas não sabem que é tão sério e que isso vem para dentro da escola, às vezes, de uma forma brutal.

<Internas\Guião da entrevista 10> - § 1 referência codificada [0,10% Cobertura]

Referência 1 - 0,10% Cobertura

Não.

<Internas\Guião da entrevista 2> - § 1 referência codificada [0,90% Cobertura]

Referência 1 - 0,90% Cobertura

Não, não está. Falta muita formação e informação.

<Internas\Guião da entrevista 3> - § 1 referência codificada [1,60% Cobertura]

Referência 1 - 1,60% Cobertura

Não. Com tanto problema de literacia e tanta gente sem opinião própria.

<Internas\Guião da entrevista 4> - § 1 referência codificada [0,08% Cobertura]

Referência 1 - 0,08% Cobertura

Não.

<Internas\Guião da entrevista 5> - § 1 referência codificada [0,18% Cobertura]

Referência 1 - 0,18% Cobertura

Nem todos

<Internas\Guião da entrevista 6> - § 1 referência codificada [0,29% Cobertura]

Referência 1 - 0,29% Cobertura

Sensibilizada não está.

<Internas\Guião da entrevista 7> - § 1 referência codificada [1,54% Cobertura]

Referência 1 - 1,54% Cobertura

Não, as pessoas sabem que existem mas não dão muita importância ou ignoram.

<Internas\Guião da entrevista 8> - § 1 referência codificada [0,41% Cobertura]

Referência 1 - 0,41% Cobertura

Acho que ainda não.

<Internas\Guião da entrevista 9> - § 1 referência codificada [1,34% Cobertura]

Referência 1 - 1,34% Cobertura

Os profissionais sim, tentam fazer o seu melhor, mas os pais por vezes não.